

056ª SESSÃO ORDINÁRIA – 18JUN2012

(Texto com revisão final.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): Em votação Requerimento, de autoria desta Presidência, solicitando a inversão da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Comunicações. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO** por unanimidade.

Passamos às

COMUNICAÇÕES

Hoje, este período é em homenagem ao Sindicato dos Servidores Civis da Brigada Militar – Sindcivis-BM, nos termos do Requerimento nº 013/12, de autoria do Ver. Engenheiro Comassetto.

Convidamos para compor a Mesa o Sr. Darci Juarez de Campos Homem, Presidente do Sindicato dos Servidores Civis da Brigada Militar; o Sr. Coronel Hermito Bortoluzzi, representando o Sr. Airton Michels, Secretário de Segurança Pública; o Sr. Coronel Carlos Magno Oliveira, representando o Sr. Sérgio Roberto de Abreu, Comandante-Geral da Brigada Militar; o Sr. Gleidson Renato Martins Dias, representante da Comissão de Direitos Humanos da Procuradoria Geral do Estado. Prestigiam ainda esta homenagem a Sra. Adriana Costa, Vice-Presidente do Sindicato dos Servidores da Brigada Militar – Sindcivis-BM; a Sra. Lenise Carvalho, Assessora Jurídica do Sindicato, junto com o Dr. Alberi, seu pai; sejam muito bem-vindos a esta Casa.

O Ver. Engenheiro Comassetto, proponente desta homenagem, está com a palavra em Comunicações.

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO: Ver. Carlos Todeschini, na presidência dos trabalhos; meus colegas Vereadores, minhas colegas Vereadoras. (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Prezados homenageados, dia 13 de junho passado fez 25 anos que a categoria se organizou e constituiu o Sindicato dos Servidores Civis da Brigada Militar. Esta homenagem, para nós, é simbólica, pois o tema da Segurança pública é um tema que até bem pouco tempo era tratado exclusivamente como um caso de polícia ou das forças organizadas.

Nós sabemos que isto não é mais tema só das estruturas formais militares, que a Segurança pública e a Segurança urbana são de responsabilidade das três esferas de Governo: Federal, Estadual e Municipal e que não há mais aquela lógica somente da segurança repressiva, porque tem que haver um diálogo com a sociedade civil para fazer com que os temas da segurança sejam temas de Estado, temas de afirmação da cidadania. E não poderia ser diferente, para que essas estruturas viessem a funcionar na sua plenitude, e que também tenha o auxílio e o trabalho daqueles segmentos da sociedade que representam as diversas especialidades tais como: serviços de saúde, serviço jurídico, serviço de comunicação, serviços gerais, enfim, o conjunto de serviços que hoje é trabalhado por profissionais civis, mas que ajudam a construir o tema da Segurança urbana, da Segurança pública. A efetivação de um dos temas que é um dos principais temas hoje reclamados pela sociedade.

Em Porto Alegre, fizemos uma pesquisa recente em que diz que a população tem como principal problema a saúde, e, como segundo a segurança. O tema da segurança é um tema primordial. Este trabalho que os senhores e as senhoras desenvolvem junto à Brigada Militar, que é uma estrutura, que também esteve aqui nesta Casa, recentemente, na comemoração do aniversário da Brigada Militar, tem um papel fundamental, principalmente para que os serviços possam se realizar na plenitude.

É bom ressaltar aqui, Presidente Darci, que os funcionários civis na estrutura da Brigada Militar já foram bem mais numerosos do que são hoje. E nós sabemos que uma das demandas é fazer com que esse quadro seja expandido. Então nós viemos aqui, nesta homenagem, dizer que entendemos que isso é necessário, legítimo e que a Segurança pública tem muito a ganhar

com o trabalho dos funcionários civis que a executam, que a exercem, fazendo a complementação. Portanto, em nome da nossa Câmara Municipal, dos 36 Vereadores, dos meus colegas do Partido dos Trabalhadores, temos a honra e a satisfação de prestar esta homenagem, nesta solenidade, ao Sindcivis – Sindicato dos Servidores Civis da Brigada Militar – nos seus 25 anos.

Em nome de todos os colegas, Vereadores e Vereadoras, recebam aqui esta homenagem. Longa vida ao Sindicato dos Servidores Civis da Brigada Militar, que contribuem com a efetivação da Segurança pública no Estado do Rio Grande do Sul. Um grande abraço e muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): Convido o Ver. Engenheiro Comassetto a proceder à entrega do Diploma.

(Procede-se à entrega do Diploma.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): Convidamos para fazer uso da palavra o Sr. Darci Juarez de Campos Homem, Presidente do Sindicato dos Servidores Civil da Brigada Militar – Sindcivis-BM.

O SR. DARCI JUAREZ DE CAMPOS HOMEM: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores. (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Dra. Lenise e Dr. Alberi, nossos Assessores Jurídicos; Tenente-Coronel Franco, obrigado pela presença; Tenente-Coronel Guacir Dellano Bueno, Presidente do MBM; Sra. Claudete Valau, Presidente da Associação das Esposas dos Praças da Polícia Militar do Rio Grande do Sul; é com grande alegria e satisfação que nós, servidores civis, estamos sendo homenageados por esta Casa que define os destinos desta Capital. Num primeiro momento, eu gostaria de fazer um relato, antes de entrar no assunto referente aos 25 anos dessa entidade.

O Sindicato dos Servidos Civis da Brigada Militar, por meio de um estudo, e tomei a liberdade de citar o nome de uma pessoa – até porque fizemos esse trabalho juntos –, e algumas pessoas conhecem o trabalho desse profissional;

me refiro ao professor Romeu Karnikowski, pesquisador do Programa Nacional Pós-Doutorado, que fez um trabalho não somente em relação aos servidores civis da Brigada Militar, mas também a toda Corporação. Inclusive, ele foi um dos mentores do Plano de Carreira dos Militares de Nível Médio, aprovado pelas Leis nº 11.831 e 11.832 de 18 de setembro de 2002. Eu recorri a esse professor, pois sei da sua capacidade. Fizemos um trabalho em conjunto em relação aos servidores civis, não à entidade. Por meio desse estudo, lançamos a base da necessidade imperativa da regulamentação do art. 60 dos Atos das Disposições Transitórias da Constituição Estadual, onde está disposto a criação do Quadro de Servidores Civis da Brigada Militar no prazo que já, em muito, ultrapassou a sua previsão. Os servidores civis há muitas décadas vêm prestando relevantes serviços que permitem o funcionamento administrativo da Brigada Militar. É importante ressaltar que as Forças Armadas: Aeronáutica, Marinha e Exército, desde os seus primórdios, se valem de servidores civis para preencherem esses quadros. Esses servidores públicos estão, em larga medida, sob a tutela da Lei nº 8.112 de 1990. Os atuais servidores públicos da Brigada Militar – antigos servidores civis, cuja terminologia foi suprimida pela Emenda Constitucional nº 18 de 1998 –, grosso modo, são balizados pela LEC nº 10.098/94, e passam a ter uma importância crescente dentro da estrutura de milícia gaúcha, principalmente pela consolidação das atividades de policiamento, combate a incêndios e defesa civil prestados por ela. A Brigada Militar é notoriamente a maior prestadora de serviços públicos no Estado do Rio Grande do Sul e, diante disso, o seu quadro de servidores civis torna-se cada vez mais imprescindível e necessário. Desde que começou o longo processo de policialização da força gaúcha, no início dos anos 50, os servidores civis exerceram uma contribuição notável na execução de seus serviços, até porque o desaquartelamento do seu efetivo exigiu uma equipe para seus “serviços de fundo”. E, nesse aspecto, os servidores civis estão entrelaçados com a história da transformação da Brigada Militar em órgão de polícia, uma das melhores de todo o Brasil. Essa é a reivindicação do Sindcivis-BM, que busca a regulamentação do art. 60, das Disposições Transitórias da Constituição Estadual.

Os servidores civis da Brigada Militar estão previstos no art. 60 dos Atos das Disposições Transitórias da Constituição Estadual do Rio Grande do Sul, de 3 de outubro de 1989, determinando a previsão de 120 dias para o Governo regulamentar o seu Quadro. Essa previsão tem o vigor e a legitimidade de uma disposição constitucional assentado nos elementos históricos que condicionaram as bases da sua criação. O Quadro de servidores civis tornou-se imperativo, de uma necessidade vital para os serviços estruturais da Brigada Militar a partir de maio de 1967, quando ela assumiu exclusividade de policiamento ostensivo em todo o Estado do Rio Grande do Sul. No segundo aspecto, os servidores civis realizam um trabalho que permite o lastreamento do serviço de policiamento ostensivo sem interferir nas suas carreiras. Na verdade, à medida que a milícia foi se complexificando, devido à demanda por segurança da sociedade, a sua exigência de pessoal foi crescendo, na mesma proporção, inclusive a do emprego de servidores civis para os serviços de fundo, tal como estava expresso no art. 141, do Decreto nº 67, de 14 de agosto de 1948, que aprovou o Regulamento Geral da Brigada Militar.

A Emenda Constitucional nº 18, de 4 de fevereiro de 1998, substituiu a denominação de “servidores civis” pela epígrafe “servidores públicos”, com o objetivo de suprimir a dicotomia de servidores públicos militares e servidores públicos civis, onde os primeiros passam a ser designados de militares de Estado. Na origem dessa distinção, a Emenda Constitucional nº 19/98 passa a distinguir três tipos de funcionários públicos: os agentes políticos, os particulares, em regime de colaboração com o Estado, e, por fim, os servidores públicos. Dentro das finalidades do Quadro de servidores civis, atua transversalmente em todas as dimensões administrativas da Brigada Militar, previamente indicado, de acordo com as necessidades da Força. O quadro de servidores civis pode apoiar no sentido da mais perfeita execução dos trabalhos desses três níveis, sem qualquer interferência no plano de gerenciamento. O quadro de servidores civis trabalharia dentro da mais rigorosa competência técnica, até porque, no plano jurídico, esse segmento será sob o regime da Lei nº 10.098/94. Assim, não existe nenhum óbice à formação e regulamentação desse quadro na Brigada Militar. Diante disso, um grupo de abnegados servidores civis, no ano de 1987, resolveu se organizar e

se estruturar para algumas reivindicações e também se fazer reconhecer pelo comando da Força. Então, cito algumas personalidades, ainda como associação: a Maria Teresinha Silvestri, sendo sucedida pela senhora Leane Lopes; após, pelo Sr. José Alberto Silveira; após, pelo hoje Procurador do Estado, Dr. Silvio Guido. Neste momento, na presidência do Dr. Silvio, foi elaborada a alteração do Estatuto, quando foi criada a Associação; foi elaborado um Estatuto, e, logo após o mandato do Dr. Silvio e do Dr. José Alberto, foi alterado o Estatuto. A próxima Presidente, a Sra. Maria Lenira Pereira, praticamente sozinha, foi quem conquistou a nossa carta sindical, tendo ido a Brasília e de lá não arredou pé enquanto não veio com a carta sindical. A primeira Presidente, já como sindicato, foi a Sra. Maria Helena Santos Ribeiro, sucedida pela Adriana Costa; após, pela Leda Soares Correa, retornando à presidência a Adriana Costa; e, agora, eu estou na presidência. Graças a esses colaboradores, nós chegamos onde chegamos, Ver. Todeschini. Temos uma sede própria na Borges de Medeiros, ali na Esquina Democrática, no 12º andar, conseguida através de colaboradores anônimos, que muito nos ajudaram para a aquisição daquela sede.

Então, hoje, a nossa maior reivindicação é a regulamentação do art. 60 para a criação do quadro de servidores civis. Esse encaminhamento está sendo bem feito, já demos um pontapé inicial, com o apoio do comandante atual, Coronel Sérgio; já está formatado, e hoje se encontra em vias de ser analisado na Secretaria de Segurança. Essa é a nossa maior reivindicação, porque hoje nós temos um quadro, Vereador, porém de fato e não de direito. E a cobrança que estamos fazendo para os governantes é a regulamentação do art. 60, para não deixarmos o nosso quadro de servidores civis cair no esquecimento.

Eu agradeço a presença dos nossos aposentados, do nosso grupo de convivência que se reúne todas as quartas-feiras na sede do Sindicato, para ali realizar alguns trabalhos artesanais e também algumas visitas a alguns locais desta Cidade.

Ver. Todeschini e Ver. Comassetto, eu agradeço pela oportunidade. Vida longa para a nossa entidade e também para os servidores civis da Brigada! Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): Neste momento, convidamos todos os presentes para cantarmos o Hino Nacional.

(Ouve-se o Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): Assim nós concluímos esta homenagem, cumprimentando o Ver. Comassetto pela iniciativa e o Sindcivis-BM pela merecida homenagem. Agradecemos a presença do Gleidson, que representa a Comissão de Direitos Humanos da Procuradoria-Geral do Estado do Rio Grande do Sul; do Coronel Hermito Bortoluzzi e do Coronel Carlos Magno Oliveira, que representam, respectivamente, o Secretário de Segurança Pública Airton Michels e o Comandante da Brigada Militar, Sergio Roberto de Abreu; e, em especial, o Sr. Darci Juarez de Campos Homem, Presidente do Sindcivis-BM. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h53min.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): (14h54min) Estão reabertos os trabalhos.

Nós comunicamos que o Memorial da Câmara de Vereadores, neste momento, recebe a visita orientada de 50 alunos do Projeto Jovem Aprendiz, do Senac, acompanhados dos professores Evandro da Silva, Isadora Giongo e Cantis Jarovisk. Essa atividade faz parte do Projeto de Educação Política que a Seção de Memorial desenvolve com as escolas de Porto Alegre, coordenada pelo nosso funcionário Jorge. Agradecemos muito pela visita dessa Escola ao plenário da Câmara de Vereadores.

Solicito à Ver.^a Maria Celeste que assuma a presidência dos trabalhos.

(A Ver.^a Maria Celeste assume a presidência dos trabalhos.)

A SRA. PRESIDENTE (Maria Celeste): O Ver. Carlos Todeschini está com a palavra em Comunicações.

O SR. CARLOS TODESCHINI: Sra. Presidente, Ver.^a Maria Celeste; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, Escola que nos visita e todos os que nos assistem neste momento – ao Sindcivis, a minha homenagem especial –, eu quero dirigir a minha manifestação, em especial à Liderança do Governo, Ver. João Antonio Dib, porque, na semana passada, Vereador, dos cinco dias em que estivemos em atividade, pelo menos em três deles eu tive participação em chamados da comunidade de Porto Alegre, que está muito preocupada, Ver.^a Sofia, com o andamento de obras na cidade de Porto Alegre. E por quê? Porque o Município contratou obras, em especial do Programa da Copa – não só, também obras do PAC – e as está executando sem os cuidados, Ver.^a Sofia, e sem a participação da comunidade. A senhora participou de atividades no bairro Três Figueiras, na Av. Cristóvão Colombo, na Rua Anita Garibaldi. Essas obras geraram uma grande polêmica na Comissão de Saúde e Meio Ambiente – o Ver. Beto Moesch estava presidindo –, e os problemas estão se avolumando. As obras não seguiram o ritual obrigatório exigido por lei, que seria com a realização de audiências públicas. Agora, no dia 25, haverá uma audiência pública referente, Ver.^a Maria Celeste, à obra da Rua Anita Garibaldi, e há um profundo questionamento sobre a necessidade e a validade dessa obra. Os moradores da Av. Cristóvão Colombo também a questionam. Ver. João Antonio Dib, o senhor se assusta, se impressiona, mas o próprio Secretário de Planejamento, presente no ato, admitiu que a obra pode não ser necessária. A realização dessas obras pode, sim, gerar um grande transtorno à comunidade, por isso o questionamento. Assim como na Av. Teixeira Mendes, na Av. José Gertum, no bairro Três Figueiras, em que foi feita uma bacia de amortecimento onde muito dinheiro foi investido, mas, até agora, não tem efetividade nenhuma, porque as redes de esgoto pluvial não foram ligadas. As redes de esgoto cloacal do sistema separador absoluto, que deveriam ter sido feitas, não foram feitas! Então, o esgoto, aquele que é lançado, é lançado na forma de esgoto misto, com água e esgoto junto, deixando um ambiente fétido, contaminado, gerando mosquitos e insetos indesejáveis. E a comunidade também quer saber como é que, agora, vão começar uma outra bacia de amortecimento em frente à existente, sem a realização de audiência pública.

Portanto, estou chamando a atenção dos Vereadores da base do Governo, Ver. DJ Cassiá e Ver. Paulinho Rubem Berta, que uma obra, quando tem que ser feita – e parece-me que não é o caso –, ela tem que ser precedida de audiência pública, o que não está acontecendo. São pelo menos três casos: a Rua Anita Garibaldi, que vai ter uma Audiência segunda-feira, depois da pressão da comunidade; a Av. Cristóvão Colombo com a Perimetral, a Av. Carlos Gomes; e a bacia de amortecimento, na Av. Teixeira Mendes, que só poderia ter sido implantada depois de concluídas as obras de implantação de coleta do esgoto separador absoluto, que tinham recursos, projetos e cronograma para ser cumprido até 2005, o que, agora, em 2012, não está acontecendo.

O Sr. Paulinho Rubem Berta: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Quero agradecer o aparte ao nobre Vereador e colocar da seguinte forma: essa Audiência Pública da qual o senhor fala, na Rua Anita Garibaldi...

O SR. CARLOS TODESCHINI: São três casos, Vereador.

O Sr. Paulinho Rubem Berta: Isso, eu estou falando exclusivamente do caso Anita Garibaldi. Nós recebemos uma solicitação na CUTHAB e comparecemos na Rua Anita Garibaldi – este Vereador, na qualidade de Presidente da CUTHAB, o Ver. Dr. Goulart, o Ver. Alceu Brasinha, o Ver. Elias Vidal e o Ver. Adeli Sell. Estivemos lá e saímos trabalhando para que esta Audiência Pública, que vai acontecer no dia 25, fosse realizada lá na Rua Anita. Também estive conosco lá a SMAM. Convidamos a EPTC, mas o convite não chegou até eles em tempo hábil. Então, vamos ter essa Audiência no dia 25, com os moradores da Rua Anita Garibaldi. A primeira Audiência foi no Paço Municipal, e agora vamos ter a segunda. A CUTHAB lá esteve discutindo com os moradores e também estará na sexta-feira.

O SR. CARLOS TODESCHINI: O.k, Ver. Paulinho. Esse é o papel da Câmara, e está muito bem encaminhado dessa forma. Dia 25, segunda-feira, na Igreja Mont'Serrat, haverá essa Audiência Pública, às 19h. Mas isso deveria e deve

acontecer para as demais obras, o que não está acontecendo, e é necessário que aconteça. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Maria Celeste): Devolvo a presidência dos trabalhos ao Ver. Carlos Todeschini.

(O Ver. Carlos Todeschini reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. CARLOS TODESCHINI: Agradeço à Ver.^a Maria Celeste a condução dos trabalhos.

O Ver. DJ Cassiá está com a palavra em Comunicações.

O SR. DJ CASSIÁ: Sr. Presidente, Ver. Carlos Todeschini; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; demais jovens que nos dão a honra, nesta tarde, de assistir a esta Sessão; Ver. João Antonio Dib, Líder do Governo, às vezes fico com o pensamento longo e não consigo alcançar a objetividade de certas coisas, porque se questiona tanto, se bate tanto de governo para governo, e há colegas aqui que já foram secretários, mas não resolveram os problemas, os mesmos problemas que encontramos hoje, Ver. João Antonio Dib.

O Sr. João Antonio Dib: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. DJ Cassiá, era a última coisa que eu esperava ouvir antes de deixar a Câmara Municipal: um Vereador reclamando de obras que vão viabilizar a mobilidade urbana, e obras que, com o financiamento obtido pela Prefeitura, foram votadas inclusive pelo Vereador que usou essa tribuna.

O SR. DJ CASSIÁ: Obrigado, Ver. João Antonio Dib. Eu subi a esta tribuna hoje porque, desde que entrei nesta Casa, tenho compromisso com a sociedade de Porto Alegre, Ver. Valter. Não por uma região; eu fui eleito por Porto Alegre. Mas não vou me cansar de reivindicar e gritar por mais investimento na Cultura. Vivemos num País em que, infelizmente, dificilmente vejo um parlamentar, um político vir à tribuna e falar de Cultura. Parece que a

Cultura não faz parte da Educação. A Educação é fundamental; a Cultura também faz parte da Educação.

Ver. João Bosco, o senhor, quando secretário de esportes, fez um excelente trabalho na Secretaria. O trabalho que o senhor fez lá foi de prevenção, salvou vidas. Tenho plena certeza e convicção de que o trabalho que o senhor fez deixou de levar mais jovens aos postos de saúde, porque dava oportunidade de aqueles jovens terem um tratamento diferenciado dentro da periferia. E estou aqui, Ver. João Bosco Vaz, dizendo que a Cultura também é prevenção. Fala-se tanto no *crack* – o *crack* mata, o *crack* não sei o quê –, mas não se faz um investimento em prevenção! O jovem precisa ter prevenção, e prevenção se faz com investimento na Educação de qualidade, no Esporte, na Cultura. E ninguém fala em Cultura, ninguém fala, Ver. João Bosco Vaz, parece que a Cultura não faz parte da vida do jovem. Ora, eu canso de andar pela periferia e lhe peço mais uma vez aqui, Ver. Paulinho Rubem Berta, o senhor, que é um Vereador lá da periferia, que mora lá no Rubem Berta, peço-lhe que diga para mim aqui, neste microfone de apartes, se eu estiver errado: qual foi a vez que o senhor viu uma placa da Petrobras, que arrecada milhões e milhões, dizendo que estava investindo em cultura popular? Eu lhe concedo um aparte! Qual foi a vez que o senhor viu isso lá dentro da periferia? Diga para mim, ajude-me, por favor.

O Sr. Paulinho Rubem Berta: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Quero agradecer ao Vereador e dizer o seguinte: cultura para a periferia não é a mesma cultura que a para o resto da Cidade. Infelizmente, nós não temos praticamente nenhum recurso na periferia, mas a cultura que querem incutir lá é a do marginal: basta ser adolescente e morar na periferia, que já é considerado marginal. Mas vamos para periferia de manhã cedo, pegar o ônibus, para ver quantos adolescentes, quantos jovens vão trabalhar e estudar; saem de manhã de casa e voltam para casa às 11 horas da noite, meia-noite. Quantos jovens estão ajudando a construir esta Cidade? Uma minoria fica no bairro, o resto vai trabalhar, vai fazer curso, vai se qualificar para poder contribuir para a Cidade. Mas cultura na periferia, meu amigo, só se pegar um livro para ler.

O SR. DJ CASSIÁ: Concluo, Ver. João Antonio Dib, que já foi Prefeito da Cidade e que contribuiu para o desenvolvimento desta Cidade; tenho orgulho de ser Vereador com o senhor aqui, tenho aprendido muito com o senhor. Repito: enquanto os governos não acordarem e colocarem em seus planos de governo que Cultura também faz parte do desenvolvimento da nossa sociedade e também na prevenção de problemas, vamos continuar como aquele cigarrinho que diz “acende-me, porque eu te apago depois”. Infelizmente, Ver. João Antonio Dib, ninguém fala em Cultura neste País. A Educação infelizmente é um caos neste País. “Eu só quero é ser feliz, andar tranquilamente na favela onde eu nasci!”

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra em Comunicações.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Eu queria, Sr. Presidente, perguntar ao nosso...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): Sim, é a Escola do Projeto Jovem Aprendiz, do Senac.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Muito obrigado. Eu quero saudar, então, todos os nossos jovens aprendizes e dizer que esse, de fato, é um dos grandes gargalos que nós temos em nosso País, e a gurizada precisa perceber isso. Há um momento na vida em que a gente parece que não se liga muito nessas coisas, mas, logo ali na frente, quando chega na hora de bater na porta do emprego, da empregabilidade, essa questão da formação faz a diferença, e não há nada mais importante na vida do que o preparo, a dedicação, o comprometimento, a disciplina e a Educação. Isso é o que faz a diferença amanhã ou depois no êxito ou no fracasso da vida de todos nós.

Eu quero desejar sucesso a vocês e dizer que o Senac, o Senai, o Senat, o Sesi, enfim, todo o Sistema “S” faz um trabalho muito bonito, e vocês têm uma

grande oportunidade de estarem numa escola como essa do Senac, dentro do Sistema “S”, que já é, por si só, uma espécie de passaporte para o mercado de trabalho. Então, aproveitem isso e sejam muito bem-vindos também à nossa Casa aqui, porque esta é a Casa do Povo. A política deve ser boa, ela não é isso que a gente vê todos os dias aí nos noticiários, na TV, da corrupção. Se nós exercemos a política com consciência, se nós olharmos para além da superficialidade... Somos nós que fazemos a política, cada um dos 36 Vereadores que estão aqui foram vocês que botaram, foram os pais de vocês, quem está na casa da gente, assistindo à televisão. Nós, Vereadores, não chegamos aqui do nada, nem saímos de trás de uma árvore, ou de um jardim, nós chegamos aqui fruto do exercício da consciência das pessoas. Às vezes bom, às vezes ruim, às vezes certo, às vezes errado, mas esse é o processo democrático. Não há nenhuma outra atividade na sociedade brasileira ou mundial que se submeta há quatro anos ao crivo e ao juízo da população, só a política faz isso. Então não adianta simplesmente ficar reclamando da política. Mas a política é o caminho através do qual a luz chega aqui, a água chega até a casa das pessoas, onde a gente discute as leis da Cidade, e é exatamente isso que nós estamos fazendo.

Sr. Presidente, eu fiquei estupefato com a sua fala, porque parece que V. Exa. perdeu a referência do tempo, do espaço, não sabe de onde as coisas vieram, não participou daquele Governo de que participou, que foi seu, da Frente Popular. Graças àquele Governo do seu Partido, hoje há menos de 10% da aprovação da população; o nosso tem 70%. O senhor era Presidente do DMAE, deixou com 25% de esgoto tratado; e nós vamos entregar com 80% do esgoto tratado da Cidade; deixaram com seis meses de atraso as contas, os fornecedores, queimaram os computadores da Prefeitura para que não soubessem para quem estava devendo, para quem tinha que pagar. E o Secretário teve que fazer uma força-tarefa para receber fornecedor na porta da Prefeitura, para perguntar quem era que estava devendo, porque queimaram as CPUs.

Essa Perimetral que o então Diretor do DMAE – hoje Ver. Todeschini – critica, foi o Governo deles que fez. E diz que são desnecessários os seis viadutos que nós vamos fazer; até nós podemos discutir, vamos discutir, no dia 25, a

questão da Av. Anita Garibaldi. Mas eles construíram uma Avenida, que já foi dito, redito, e tem que ser repetido, que os jornais, inclusive, fizeram cronometragem, Ver. João Dib, sai da Zona Sul para ir até o Aeroporto; é mais rápido virmos pelo caminho antigo, do que virmos pela nova Perimetral que, sendo nova, já nasceu velha! Então, será que não precisa fazer os viadutos?! Ele, que é Engenheiro! Não posso compreender, com todo o respeito! O Ver. Todeschini é Engenheiro, mas Engenheiro Agrônomo, ele entende de lavoura, ele não entende de obra viária, ele não entende de viaduto. Por isso que eu compreendo a manifestação dele.

O Sr. Alceu Brasinha: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Querido Ver. Valter Nagelstein, realmente, a 3ª Perimetral é uma verdadeira vergonha, e foram eles que fizeram esse Projeto. É exclusivo sabe para quem? Para a Susepe, para a Brigada, para as viaturas passearem; e não há ônibus. E aí eles não querem que faça uma intervenção, um viaduto; para funcionar melhor, eles são contra.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Nós temos que enfrentar esses problemas que o PT nos legou, que a Administração Popular nos legou. Nós precisamos enfrentar com decisão e com determinação.

Eu quero celebrar que ontem eu estava, com muita honra, na Presidência do PMDB, fizemos, no final de semana, uma grande convenção, da mesma forma o PDT fez ontem a sua grande convenção, Ver. Cecchim, e firmamos uma grande frente em favor de Porto Alegre, com o PTB, com o PPS, com o PRB, com 11 legendas. Nós fizemos uma grande convenção. Quero reafirmar aquilo que tenho, de forma muito arraigada nas minhas convicções, que uma frente como essa só se constitui, Ver. Freitas, se nós tivermos trabalho, se nós tivermos diálogo, se nós tivermos o que apresentar para a população.

Eu me remeto, um pouquinho, à parábola do semeador, ou do bom semeador: “A semente só tem condições de frutificar e de prosperar se ela tiver solo fértil e raízes profundas”, e é exatamente isso que nós temos hoje aqui, nós temos raízes profundas dos Partidos que nos dão sustentação e nós temos um solo

fértil do trabalho que nós fizemos, ao longo desses anos, em favor da sociedade porto-alegrense.

Portanto, eu tenho uma fé, quase que inquebrantável, de que, lá em setembro, o resultado das eleições há de corresponder àquilo que nós plantamos ao longo desse tempo. E viva a boa... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): O Ver. Paulinho Rubem Berta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. PAULINHO RUBEM BERTA: Ver. Carlos Todeschini, na presidência dos trabalhos; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores; quero saudar, com muita alegria, todos os que nos assistem; também fazer justiça à nossa juventude, hoje nas galerias aqui da Casa, são jovens aprendizes da Escola do Senac, que estão lá se qualificando. O futuro desta Cidade depende de cada um de nós, de cada um de vocês. Minha filha também está no Senai, ela tem 16 anos e está fazendo o curso, vejam vocês, de Mestre de Obras, a Jenifer. Ela está lá no Senai trabalhando, como vocês, para o engrandecimento desta Cidade. Sejam bem-vindos, tenham o reconhecimento deste Vereador. Parabéns a vocês.

Também quero dar os parabéns ao PMDB, ao Ver. Valter Nagelstein pela condução... Fiquei muito feliz, muito admirado, quando estive aqui no dia da convenção, Ver. Valter. Esta Casa estava lotada como eu nunca vi, e havia uma alegria que contagiou e vai contagiar lá na rua, podem ter certeza, nós sairemos de cabeça erguida, trabalhando para manter o que está bom e buscar o que for preciso na ação brasileira para Porto Alegre e para o nosso Município.

Também quero parabenizar o PDT por todo o trabalho, pela convenção e por essa grande junção de Partidos que conduzirá José Fortunati, mais uma vez, à Prefeitura de Porto Alegre, que é o melhor para nossas famílias; e o PPS, que se uniu a esse grande movimento pela democracia na nossa Cidade.

Também quero fazer justiça aqui, Ver. Todeschini. Este Vereador esteve aqui, há quase duas semanas, solicitando uma ajuda, uma parceria, da oposição. Este Vereador nunca foi ingrato, eu acho que quando nos unimos, formamos parcerias, quem ganha é aquele que está lá na periferia, principalmente, é o que mais precisa. Nós vimos aqui, Ver. Comassetto, solicitando a sua ajuda, a ajuda do Ver. Mauro Pinheiro, como solicitamos a ajuda da nossa situação e da oposição, para que pudéssemos trabalhar para liberar essa Unidade de Saúde lá no bairro Rubem Berta. Para minha grata surpresa, eu tenho certeza absoluta de que já estão se mexendo, tenho recebido comunicados, dizendo que, até o dia 5, estará sendo transferido esse posto de saúde, essa área para o Município, para que, até o final de agosto, se Deus quiser, início de setembro, nós tenhamos um atendimento, lá, de mais de 20 mil pessoas. Então, ficamos comprometidos com isso, vocês comprometidos com tudo, e a população vai receber essa parceria que firmamos aqui.

Também quero dizer que está muito difícil de fazer política, pois agora o Ver. Valter Nagelstein falou, o Ver. Todeschini falou, mas a obra da Av. Anita, minha gente, nós temos que repensar, pensar bem sobre ela, porque ela está programada há 30 anos. É uma obra que está atrasada há 30 anos na Cidade! E não tem como fazer omelete sem quebrar os ovos! Não tem, Ver. Idenir Cecchim! Vai ter que mexer em algumas casas, vai ter que mexer em algumas árvores, mas vai dar mobilidade para a Cidade! Isso vai ser perdido? Não! Todas as árvores que serão retiradas de lá serão replantadas em outros lugares!

Se nós todos nos juntarmos para que a obra saia, a população, a Prefeitura Municipal, todos os engenheiros, todas as pessoas envolvidas na obra, para que a obra contemple o interesse da comunidade, da população, nada será melhor do que isso! Este Vereador, juntamente com os Vereadores Humberto Goulart, Alceu Brasinha, Elias Vidal e com todos os Vereadores, estivemos lá na Av. Anita, caminhamos na Av. Anita, fizemos reuniões com os moradores e agendamos uma reunião para o próximo dia 25, para ir lá discutir com a SMAM, com todos, com a população! O que não pode é sair condenando, fazendo pré-julgamento. Eu acho que isso não está certo! Um projeto pode vir da oposição ou da situação, quando ele for bom para a Cidade, os Vereadores

trabalham para isto: para discutir e para aprovar os bons projetos! Eu não acredito que tenha, Vereador, aqui nesta Casa, dos 36 Vereadores, algum mal-intencionado! O que é bom para a Cidade não pode, por uma questão política, seja esse ou aquele, ser contra, tem que ser a favor. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): O Ver. Engenheiro Comassetto está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO: Sr. Presidente, Ver. Carlos Todeschini; meus colegas Vereadores, minhas colegas Vereadoras, senhoras e senhores, quero aqui também cumprimentar a juventude que representa o Sistema “S” neste momento.

Quero dizer que o Brasil se encontra num momento muito especial, num momento ímpar, em uma fase de desenvolvimento, em que o Brasil se destaca no mundo. Agora com a Rio+20, nunca foi tão importante a formação da nossa juventude. Gostaria de registrar que, quando o Presidente Lula redirecionou o Brasil para a formação técnica profissional, a primeira escola técnica é de 1919, no Governo Campos Salles; de 1919 até 2002 eram 164 escolas técnicas federais; hoje, são mais 340. Também se redirecionou o Sistema “S”. Nesse sentido, quero cumprimentar os educadores e dizer da importância que tem o ensino técnico profissional, bem como da importância que tem a juventude na política.

Esse debate que aqui se estabeleceu é para nós olharmos para a Cidade. Fazer um discurso de que está tudo fácil, não está correto, porque nós sabemos que, principalmente para a juventude que mora na periferia, há dificuldades para se pagar um transporte coletivo para se chegar decentemente ao trabalho. Não podemos dizer que isso está correto. Não podemos dizer, prezado Valter, que uma 3ª Perimetral... Eu contei, às 5h, indo para o Aeroporto, tive que parar 30 vezes nos sinais vermelhos, porque não tem onda verde. Isso é uma questão de inteligência, não é uma questão do processo. Temos que cobrar, sim – a inteligência tem que funcionar na gestão pública municipal. Ficar julgando um Vereador ou outro por ser ele engenheiro ou

advogado, não; nós fomos eleitos para discutir, tratar a Cidade, fazer os questionamentos que têm que ser feitos.

Quando os postos de saúde fecham em um dia de ponto facultativo, e as pessoas estão há seis, oito, 12 meses esperando aquela consulta para fazer um exame e não são comunicadas de que os mesmos estariam fechados – nós temos que cobrar, é uma questão de gestão pública.

Quando discutimos Segurança, e o Prefeito vai à Federasul e diz que Segurança não é responsabilidade do Município, isso é um equívoco. O gestor público municipal tem que assumir a vanguarda da Segurança, porque se não houver um processo educacional para a juventude da periferia, o tráfico está ali tentando levar cada um dos nossos filhos e filhas. Portanto, nós criamos aqui uma Secretaria Municipal de Segurança Urbana, que não disse até agora, Presidente Mauro Zacher, a que veio. Nós queremos que a Secretaria Municipal dos Direitos Humanos e Segurança Urbana coordene os trabalhos junto com a Secretaria Municipal da Juventude, que é outra Secretaria que também não disse a que veio até este momento.

Eu pergunto para a juventude: qual é o efeito que tem a Secretaria da Juventude do Município de Porto Alegre sobre a política de educação, a política do ensino técnico, a política de segurança ou a política de transporte público, garantindo qualidade e eficiência nesse serviço? É esse o debate que precisamos fazer. É claro que as bancadas que estão aqui devem, Ver.^a Sofia... Nós somos de uma Bancada de oposição, devemos fazer o diálogo, o debate com transparência, o debate com contradição, não temos que ser todos iguais no pensamento, porque pensar na pluralidade faz parte da qualidade da Cidade e da qualidade política. A nossa Cidade tem uma diversidade racial, uma diversidade religiosa, uma diversidade de pensamento, mas não podemos deixar que isso estabeleça uma possibilidade de termos excluídos, principalmente na juventude.

Quero agradecer aos professores que aqui estão porque esta Casa é a Casa do contraditório. Este ano é um ano político. A juventude tem que se posicionar, principalmente consultando quem são os candidatos e quais são as suas propostas, quais são os seus programas, porque a decisão também é de

vocês, não é só desta Casa. Um abraço, e muito obrigado. Temos que ter responsabilidade sobre o contraditório, sim.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): O Ver. Mauro Zacher está com a palavra em Tempo de Presidente.

O SR. MAURO ZACHER: Sr. Presidente, Ver. Carlos Todeschini, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, alunos da escola Senac, na verdade, eu uso o Tempo de Presidente para convidar as senhoras e os senhores Vereadores e para anunciar aos nossos servidores da Casa e ao público que nos assiste que nós estaremos hoje, às 18h, no Salão Nobre, assinando o Termo de Acordo, juntamente ao Sindicato dos Servidores da Câmara Municipal de Porto Alegre. Início, saudando a nossa Mesa Diretora, composta por mim, pelo Ver. Haroldo de Souza, pela Ver.^a Fernanda Melchionna, pelo Ver. Carlos Todeschini, Ver, Nedel, Ver. Airto Ferronato; todos se envolveram de maneira direta nesse assunto. Nomeamos, inicialmente, o Ver. Ferronato, mas evidentemente que esse é um assunto que percorreu os diversos gabinetes de diversos Vereadores que também, de alguma maneira, intermediaram e nos ajudaram a chegar a um acordo. Conseguimos, quase na sua plenitude, atender às demandas do Sindicato. Evidentemente que esse acordo está à luz da Convenção, segundo a OIT. Havia três cláusulas econômicas que conseguimos enfrentar: a primeira delas, com relação ao dissídio que, devido ao nosso ano eleitoral, não nos permite oferecer aos nossos servidores algum tipo de ganho real, mas cumprimos, neste ano, o acordo do dissídio do ano passado. Isso permite reafirmar que repassaremos aos nossos servidores 5,11%, pelo IPCA. Também conseguimos oferecer aos nossos servidores um aumento significativo com relação ao vale-refeição, fizemos uma avaliação no mercado e chegamos a 33% de aumento, passando de R\$ 15,00 para R\$ 20,00. Também concedemos um reajuste que já vinha sendo dado por outras Mesas Diretoras. Em especial a Ver.^a Sofia que me escuta, trouxe um assunto que, por muito tempo não era oferecido, chegando ao nosso desejo de atingir os 100%, mas conseguimos chegar aos 85%. Diversos servidores se

manifestaram, principalmente a Taquigrafia, mas evidentemente que não seriam só vocês servidores beneficiados com esse aumento da GIT, mas vocês lutaram, reivindicaram legitimamente. Enfim, conseguimos oferecer um reajuste, atingindo os 85%, fechando assim as três cláusulas econômicas.

Depois, são 19 cláusulas sociais – aí há uma interface muito grande com a Casa, principalmente com o compromisso que nós temos em revisar o nosso Plano de Carreira. Eu diria que mexeria com uma série de itens aqui colocados. Eu poderia ressaltar aqui também o nosso compromisso com o concurso público, realizado recentemente aqui na Casa, assim como há um compromisso nosso em relação aos estágios – que nós possamos fazer não mais por indicação, mas que seja por critérios que as chefias venham a selecionar os estagiários da Casa. Assim como uma comissão permanente em relação às obras, que seja composta por servidores da Casa, porque são eles que conhecem as demandas, conhecem as necessidades da Casa, conhecem a história e que darão continuidade às importantes obras que estamos realizando a cada ano. Enfim, quase todas elas em relação à eleição para a designação de chefias. Há outras tantas com as quais estamos aqui nos comprometendo – com muitas delas, na verdade, nos comprometemos a dar andamento e continuidade. Mas, é evidente, que todas elas se baseiam muito em mudanças, em revisão ao Plano de Carreira. Já estamos em início de uma licitação para que possamos oferecer um novo Plano de Carreira, pois há um plano de carreira muito antigo da Casa, no qual foram feitos vários e vários remendos; hoje, evidentemente, traz uma série de circunstâncias negativas para a boa administração da Casa.

Quero finalizar saudando também o empenho dos nossos diretores. Quero citar nominalmente o nosso Diretor-Geral, Sergio Gualdi; o nosso Diretor Administrativo, Sergio e o nosso Diretor de Patrimônio e Finanças, Benites, que foram incansáveis em reuniões quase intermináveis para que pudéssemos chegar a um acordo que atendesse 19 cláusulas sociais e mais três cláusulas econômicas. Então, saúdo novamente a nossa Mesa Diretora, porque nos deu respaldo e foi incansável também nesse assunto, bem como a participação de vários Vereadores que se interessaram pelo assunto e nos trouxeram proposições. Convido as Sras. Vereadoras e os Srs. Vereadores para

participarem conosco, hoje, às 18h, porque nós estamos tendo avanços significativos na administração da nossa Câmara Municipal. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Mauro Zacher assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, quero agradecer aos meus colegas Vereadores Nelcir Tessaro e Tarciso Flecha Negra por me permitirem ocupar o espaço de Liderança. Hoje, o primeiro Projeto da Ordem do Dia que enfrentaremos será o Veto ao nosso Projeto que estrutura o Parque Temático do Folclore da Cultura Regional Gaúcha.

Quero fazer um apelo aos meus colegas Vereadores e insisto, Ver. João Antonio Dib, Líder do Governo, porque as questões legais apontadas para o Veto não têm uma sustentação jurídica. Eu quero aproveitar, Ver. Dib, para insistir, porque, ainda que tenha sido apontada aqui, Ver. Pedro Ruas, a base legal para o Veto, se nós formos fazer a leitura do que é efetivamente o Projeto e o que diz o art. 94 da Lei Orgânica e outro artigo da Constituição, que me parece que é o art. 2º, não há como aceitar. Houve, aqui, um passeio na busca de subsídios para justificar o art. 2º da Constituição, mas não há como, não se consegue lincar uma coisa à outra. E nós estamos tratando de um Projeto que busca estruturar o Parque Temático do Folclore da Cultura Regional Gaúcha, até porque, tecnicamente, a Casa do Gaúcho, como é conhecida, tem o nome de Parque Temático. Então, por mais que tentem, não vão encontrar alguma coisa para sustentar o Veto da forma que pretendem.

E a questão de mérito é indiscutível, porque nós estamos buscando a estruturação com concurso público e Parceria Público-Privada; não tem verba do Governo. O Prefeito aponta que vai ter custo, mas não tem custo, porque é Parceria Público-Privada, então, há um equívoco.

Daqui a pouco, nós vamos enfrentar esse Veto, e eu gostaria que os Vereadores da base do Governo analisassem e vissem a possibilidade de nós – a pedido do próprio Prefeito, de repente revendo a sua decisão – derrubarmos o Veto. Quem sou eu para fazer um pedido aos colegas Vereadores?

Agora, nós não estamos em período eleitoral, e ninguém tem o direito de subir nesta tribuna e dizer que esse ou aquele grupo é melhor do que o outro! Já foi dito aqui que nós corremos o risco de, daqui a pouco, perdermos a transmissão dos nossos trabalhos, por abuso de um colega, querendo se aproveitar desta tribuna para fazer campanha. Vamos nos organizar, porque aqui ninguém é tão ignorante assim para não enxergar isso, e o próprio TRE está policiando. Daqui a pouco, todos nós vamos perder com isso. Também, quem tem que dizer que um grupo é melhor do que outro é o eleitor, e não o Parlamentar nesta tribuna. Amanhã, Ver. João Antonio Dib, faz 90 dias que encaminhei um Pedido de Informações à EPTC para saber como são contados os valores arrecadados dos parquímetros. Amanhã faz 90 dias! E eu gostaria de receber essa informação; é uma informação simples, muito simples. Eu deixo para falar o restante depois que vier essa informação. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. PEDRO RUAS: Presidente da Casa e dos trabalhos, Ver. Mauro Zacher; Vereadores, Vereadoras, venho a esta tribuna, na aliança do PSOL, fazer dois registros. O primeiro, muito breve, é de parabenização ao PCB, pelo encontro realizado ontem, convencional, quando tiraram aliança com o PSOL para as eleições deste ano. Eu sou o Presidente Estadual da sigla e fico muito honrado com a posição estadual e municipal do PCB e quero transmitir aos camaradas comunistas o nosso abraço, a nossa honra em tê-los na mesma chapa que o PSOL nas eleições municipais deste ano.

O segundo tema é uma reflexão e um registro. Nós, do PSOL – eu e a Ver.^a Fernanda Melchionna –, somos uma oposição muito firme nesta Casa – assim

com há outros, claro, Partidos, Vereadores e Vereadoras –, e tivemos, em vários momentos, até mesmo a circunstância de votarmos só nós dois: eu e a Ver.^a Fernanda Melchionna, contra algum Projeto ou alguma medida do Executivo, via de regra, com outros Vereadores também, evidentemente.

Mas nós somos oposição, Ver. João Dib, em período integral. Eu até classifico que nós temos que fazer fiscalização 24 horas por dia e somos oposição ao Executivo Municipal. Mas o fato de sermos oposição jamais vai nos impedir de reconhecer quando há algum acerto, como também somos muito duros na crítica.

Eu participei de um debate com o Prefeito José Fortunati, na quinta-feira, na Rádio Pampa, no qual ele reconheceu, e se propôs a fazer algo que, do meu ponto de vista, é extraordinário, Ver. Todeschini: ele vai fazer, agora, as linhas experimentais do transporte hidroviário, Ver. Paulinho Rubem Berta, que é um Projeto que eu fiz – os Vereadores e as Vereadoras o conhecem bem; há poucos Vereadores do nosso tempo aqui, Ver. Mario Fraga. Mas, Vereadores, pensem bem o que é aprovar um Projeto difícil nesta Casa. Há pouco, o Ver. Bernardino falava sobre um dele.

Em 1986, eu apresentei um Projeto, e perdi; em 1987, eu o reapresentei, e perdi; em 1988, eu aprovei este Projeto. Em 1989, foi sancionado pelo então Prefeito Olívio Dutra a Lei que criou o transporte hidroviário de passageiros em Porto Alegre – Lei nº 6.384.

Durante 23 anos, de 1989 até os dias de hoje, eu tento implantar esse sistema em Porto Alegre. Vinte e três anos! E, agora, S. Exa. o Prefeito José Fortunati disse no ar, na Rádio Pampa, que ainda este ano, as linhas experimentais, ligando o Centro à Zona Sul, começarão a operar.

Eu sempre tive uma oposição duríssima dos empresários do transporte coletivo – duríssima! – a este Projeto. E em 23 anos ninguém enfrentou essa situação. Ninguém fez o enfrentamento!

Na quinta-feira, o Prefeito Municipal anunciou que coloca ainda este ano duas linhas experimentais, fazendo Centro-Zona Sul, e vice-versa.

Quero fazer este registro de elogio e de reconhecimento. A nossa posição de oposição não se modifica um milímetro, mas é uma medida absolutamente correta, corajosa do Prefeito Municipal. E eu tenho orgulho de poder falar,

nesta tribuna, no dia de hoje, Ver. Todeschini e Ver. Paulinho Rubem Berta, no benefício para a Cidade, que nos faz trazer à tribuna, em nome do PSOL, o registro público de elogio ao Prefeito. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Alceu Brasinha está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ALCEU BRASINHA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, eu, Ver. Tarciso e Ver. Cecchim, tenho um sistema no meu modo de agir: quando recebo uma demanda, sempre levo o Secretário junto para mostrar onde está o problema. E isso não foi uma vez que eu fiz com o Cecchim, com o Prof. Garcia, com o João Bosco Vaz, com o próprio Tessaro, com o Ver. Humberto Goulart; não foi nem uma, nem foram duas vezes que o Ver. Humberto Goulart foi comigo, para ver as demandas que eu sempre peço. Eu levo o Secretário junto, para mostrar o problema de perto. Várias vezes levei comigo o Secretário Luiz Fernando Záchia, que tem me ajudado muito; o Diretor-Geral Ernesto Teixeira, um querido amigo, gosto muito do trabalho dele; o Vicente, do DMLU, e o Moncks. Então, meu amigo, eu sempre levei. E, logo que saiu o problema da Arena do Grêmio, quando foi dada a contrapartida para revitalizarmos o Alim Pedro, pelo qual batalhamos tanto, eu mesmo, Ver. Idenir Cecchim, estive de Secretaria em Secretaria, buscando o papel para viabilizar, o mais rápido, a obra do Alim Pedro, Vereador. Mas, para minha surpresa, depois de tanto trabalhar, de tanto andar atrás das Secretarias, da própria OAS, do Diretor Eduardo de Souza Pinto, de pedir não sei quantas vezes para o cara começar a obra, aparece um “deus do céu”, e diz que foi ele quem conseguiu a contrapartida. Ele conseguiu a contrapartida, Toni? Os “ministros das trevas” caem, imediatamente, e dizem que foram eles que arrumaram a iluminação, eles arrumaram não sei o quê... Olha, vou dizer uma coisa, meu amigo: jamais eu tiro o mérito de alguém que trabalha. Há pouco tempo, quando estive na Santa Rosa, em uma praça... E vi que tinha uma emenda da Ver.^a Maria Celeste, de Brasília, para ser feita.

(Aparte antirregimental da Ver.^a Maria Celeste.)

O SR. ALCEU BRASINHA: Exatamente. Quando eu soube que era da Ver.^a Maria Celeste, não me meti a dizer que ia ajudar, porque eu respeito as pessoas! Eu não tenho por que mentir; eu trabalho, e trabalho bastante. E aí, Ver. DJ Cassiá, aparecem os “ministros das trevas”, aqueles que vêm voando baixinho, e falam: “Eu consegui isso aqui”. Mas olha que coisa! Eu tenho um documento mostrando que eu andei de Secretaria em Secretaria, até saber onde que estava parada a contrapartida, Ver. Cecchim! E aí, agora, aparece um “deus das trevas” e diz que foi ele que conseguiu. Olha... É um cidadão que está circulando lá pelo IAPI, não é um Vereador, porque, se fosse, eu diria o nome. E, mais ainda, quantas vezes, Ver. Tarciso, eu pego o Secretário e vou à Secretaria. É o meu sistema de trabalhar. Eu já digo que sou um despachante, porque eu faço as vezes de despachante, vou lá, bato na porta, abro a porta, vejo o problema... Eu trabalhei todo esse tempo brigando com a Ver.^a Sofia nas contrapartidas da OAS, e agora aparece um menino lá dizendo que ele conseguiu a revitalização do Alim Pedro; ele... É candidato! Será que esse rapaz é tão forte, porque eu estou há cinco anos, desde quando começou o barulho da Arena, tentando fazer o negócio e, agora que vai acontecer, aparece outro! É o pai da criança! Olha, meu amigo, eu vou dizer um detalhe: isso eu, até poucos dias atrás, falei com o Ver. Engenheiro Comassetto, que também estava indo ver o negócio da contrapartida da OAS, na Zona Sul, mas eu, na Zona Sul, não sou cara muito atento; eu vou lá quando alguém liga para mim, senão não vou e jamais algum dia eu vou queimar um colega Vereador! Então, quero dizer aos senhores que o nosso amigo do Alim Pedro – esse que está dizendo que... – tem que mostrar quantas vezes ele esteve na audiência com a OAS, quantas vezes ele esteve nas secretarias buscando dados. Quantas vezes ele esteve? Eu tenho projeto, tenho tudo aqui. Se ele quiser, tudo bem. Mas, Ver. João Bosco, o senhor é um cara sempre atento ao esporte, esteve junto, se você falasse “Oh, Brasinha, estou te ajudando”... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Obrigado, Ver. Alceu Brasinha.

O Ver. João Antonio Dib está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo Governo.

O SR. JOÃO ANTONIO DIB: Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, meus senhores e minhas senhoras, em primeiro lugar, a minha homenagem ao Ver. Pedro Ruas, que vendo realizado um sonho seu, que vinha desde 1989, foi, na sua presença, anunciado que haveria transporte hidroviário, já estudado pela Prefeitura, a partir do Cais do Porto até o BarraShoppingSul, numa experiência de um ano.

Mas eu não posso fazer a mesma coisa, cumprimentar o Ver. Carlos Todeschini, que foi Diretor do DMAE, e que não cuidou de fazer a implantação do esgoto cloacal no bairro Três Figueiras e agora reclama com a bacia de decantação, que será lá implantada, para diminuir a intensidade da velocidade da água que se acumulava na Av. Dr. Nilo Peçanha –; isso ele não fez! É diferente essa bacia de decantação do que aquela malsinada bacia de decantação que não decanta coisa nenhuma, quando a água já tomou toda a velocidade e está aqui no Parque Marinha do Brasil. Essa vai ser fechada, sobre ela vai ter a praça, então não vai criar problema, mas vai diminuir a velocidade da água e, conseqüentemente, qualquer alagamento.

Tenho preocupação quando o nobre Ver. Bernardino Vendruscolo diz que não há fundamento jurídico no Veto do Prefeito, quando a proposição aqui apresentada por ele e analisada pela Procuradoria da Casa diz: “...o Projeto de Lei em exame, adentrando assim seara própria e privativa do Chefe do Poder Executivo... – art. 94...”. Além disso, provocará despesas, não havendo indicação de recurso disponível. Parece-me que, realmente há um problema.

Aí o Vereador diz que, na Parceria Público-Privada, não há despesa. Quando não falavam em Parceria Público-Privada, eu já havia feito Parceria Público-Privada de 500 milhões de cruzeiros, quando fui Diretor do DMAE pela primeira vez, mas o DMAE entrou com 200 milhões – isso é Parceria Público-Privada –, e os loteadores com 300 milhões, abastecendo Alto Petrópolis, depois abastecendo a Zona Norte. Então, na Parceria Público-Privada, o Poder

Público participa com uma parte e a iniciativa privada com outra – e a Procuradoria da Casa diz isso.

Não quero também deixar de dizer para o Ver. Comassetto que a onda verde não é assim que se implanta numa perimetral, como é o caso da nossa 3ª Perimetral; os cruzamentos de alta intensidade de trânsito é que precisam de obras. Precisam de obras, sim! E não é como diz o Ver. Todeschini, que tem que fazer audiência pública. Não é verdade: os arts. 103 e 257 da Lei Orgânica falam na audiência pública, quando solicitada pela entidade representativa da área onde vai ser feita uma obra. Não houve essa solicitação. A Comissão de Saúde e Meio Ambiente, sim, resolveu chamar a comunidade para que se fizesse uma audiência pública nos próximos dias.

Então, “vamos devagar com o andar”, fazer as coisas certinhas, na forma da Lei Orgânica e do Regimento da Casa.

Agora, não se diga que a Prefeitura não está tomando providências na 3ª Perimetral. Lá em 1977, quando fui Secretário do órgão, nós também fizemos um projeto Semat – semáforos atuados pelo tráfego. É o que está acontecendo na 3ª Perimetral. Eu não poderia ter uma onda verde no cruzamento da Cristóvão Colombo com a 3ª Perimetral, mas a sinaleira é atuada pelo tráfego: acumulou, abre o sinal; passaram aqueles, abre o sinal no sentido contrário. Isso é que tem que ser feito, além das obras que são imprescindíveis e que parece que não interessam. Agora, eu gostaria que o Ver. Todeschini tivesse feito alguma coisa em matéria de esgoto cloacal lá no bairro Três Figueiras, e que agora, sim, está chegando lá um emissário cloacal para fazer a coleta do esgoto cloacal daquela área. Saúde e PAZI!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Presidente, Ver. Mauro Zacher; Vereadores, Vereadoras, população que nos acompanha, eu acho bastante prudente, necessário e direito que se faça audiência pública, fico contente que esta Casa tenha encaminhado dessa maneira. E quero lembrar, sobre o Conduto Forçado

Álvaro Chaves, que, depois de licitado, pronto para iniciar, a Prefeitura alterou a sua rota para salvar árvores, ouvindo a comunidade, e interferiu de forma brutal na Avenida para onde a obra foi deslocada, com um custo muito maior do que o aditamento possível – nós tivemos muitos problemas por fazer isso posteriormente. Então, é muito importante ouvir a comunidade antes, quando se faz intervenção de obra urbana, Ver. Dib.

Eu quero trazer uma reflexão, porque no início da tarde, aqui, se falava em Cultura e esportes, elogiando-se, inclusive, as políticas do Governo Fortunati. Só que, na terça-feira, nós recebemos, na Comissão de Educação, os representantes do Parque Ararigboia, do Ginásio Tesourinha, falando em nome da Secretaria de Esportes; inclusive, o próprio Secretário de Esportes esteve presente denunciando, reivindicando, pedindo ajuda da Câmara, porque o orçamento de esportes da Prefeitura de Porto Alegre sofreu uma brutal redução. Hoje, é 0,38% das receitas líquidas do Orçamento municipal, Ver. Dib – 0,38%! –, uma Secretaria que recebeu os centros comunitários para administrar, com piscinas. Agora, imaginem como vai atuar na cidade de Porto Alegre, com tantas praças, parques e equipamentos, e mais os centros comunitários que a FASC repassou – que eu acho correto que estejam na Secretaria de Esportes – com uma redução significativa, que era, percentualmente, pelo menos o dobro do valor do orçamento da Secretaria de Esportes. O Professor Eduardo acompanhava, com o Maciel, que é presidente da Associação de Moradores do Parque Ararigboia, e nos relatava que 23 praças e parques que eram atendidos por professores foram abandonados no último período. Vinte e três! Sabe-se lá o que é isso! Uma redução de atendimento em 23 espaços, e a Secretaria de Esportes mantinha ali um Professor. Um Professor mantém a praça mais cuidada, ele consegue mobilizar a comunidade, proporcionar oficinas para idosos, para adolescentes... Vinte e três foi a redução ocorrida nos últimos anos.

Então, em algum lugar o prejuízo aconteceria – era o que vínhamos denunciando em todo o período Fogaça/Fortunati – com a criação de Secretarias que são só CCs e custeio, Ver.^a Celeste! Ou seja, o Esporte ficou com redução de 50% dos seus percentuais de orçamento, e a Cultura muito

mais do que isso, porque a Cultura já chegou a ter 2,5% das receitas líquidas e hoje é 0,97% das receitas líquidas.

Portanto, houve opções, sim, Ver. DJ Cassiá, que sempre vem aqui e diz que só ele fala em Cultura. Houve opções do seu Governo, do Governo Fortunati/Fogaça, que reduziu brutalmente o orçamento da Cultura e o orçamento do Esporte em Porto Alegre. Reduziu da Cultura e do Esporte, que dão qualidade de vida, que dão capacidade de realização corporal para a população, que dão bem-estar, que dão a possibilidade de colocar-se como produtor da Cultura, de ter acesso à Cultura. Estas foram as opções: redução brutal do orçamento nessas duas áreas. Está aí a consequência da opção de criar várias secretarias pequenininhas, de acomodar os seus aliados políticos, que agora está se levando aqui nas alianças, obviamente, com essa criação de estruturas, é fácil montar uma grande aliança suprapartidária, mas perdeu a Cidade em áreas estratégicas, ao estabelecerem apenas custeio em CCs como gasto prioritário.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, eu estava aqui um pouco estarecido com a reclamação do Ver. Comassetto sobre a 3ª Perimetral, de que tinha muitas sinaleiras. Esse projeto da 3ª Perimetral, Ver. João Dib, foi aquele desencargo de consciência do PT quando toda a Cidade dizia “só fazem pintar meio-fio”, e o PT só pintava meio-fio mesmo. Então resolveram fazer a 3ª Perimetral, mas não sabiam fazer! E não fizeram direito, fizeram mal! Quem sabe pintar meio-fio foi se meter a fazer 3ª Perimetral, encheu de sinaleiras, deixou de fazer os viadutos que precisava. E fizeram viadutos desnecessários e malfeitos, como aquele da Av. Protásio Alves, um viaduto só para chamar de viaduto, porque não faz retorno nenhum! Deveriam prender aquele arquiteto que fez o projeto da 3ª Perimetral, Ver. João Bosco! Tinha que ser preso! Ele conseguiu botar a parada de ônibus em cima de um viaduto, em curva, lá na Av. Benjamim

Constant. Ele conseguiu fazer o projeto do Viaduto Leonel Brizola, em que tem que colocar uma sinaleira embaixo, e agora nós temos que consertar. Então, Ver. Comassetto, menos, menos!

Eu queria falar de um assunto caseiro agora, um assunto nosso, da Cidade Baixa. Olha, eu assisti, vi com meus próprios olhos uma coisa em que eu não acreditei pudesse estar acontecendo: a chamada operação “choque de gestão” na Cidade Baixa. O que se combinou lá é que se obedeceria aos horários de fechamento de bares e de restaurantes, de retirada das mesas da calçada. Não se combinou e não se deve fazer o que estão fazendo, operação de guerra como fizeram na sexta-feira! Mas onde é que se viu fazer uma operação levando Corpo de Bombeiros, Vigilância Sanitária, EPTC, o raio que o parta, tudo para dentro dos restaurantes e bares! A Vigilância Sanitária que vá fazer a fiscalização no horário que tem que fazer. O Corpo de Bombeiros não tem nada que ir de noite fazer isso, que façam durante o dia! A Cidade Baixa não é lugar de bandido, lá se trabalha, cada um tem que cuidar do seu; uns cuidam de não fazer o barulho, outros que cuidem de funcionar; o que estão fazendo lá é tirar os empregos e tirar, com pirotecnias, com exibicionismos, o empresariado que labuta naquele local, e isso não se faz. Não precisa fazer isso, é só conversar, isso se construiu no diálogo! Agora vai lá um batalhão de gente fazendo parecer que aquilo é uma tropa de desordeiros, e não é! Lá tem empresário trabalhador, tem muito garçom que trabalha a noite toda, tem cozinheira, tem auxiliar de cozinha, tem muita gente, e os frequentadores também; a grande maioria é gente muito boa. Mas não; tratam a Cidade Baixa como se fosse a única coisa que tem para cuidar na Cidade.

E quem mora lá no Rubem Berta? Não tem barulho? Tem, tem que cuidar deles também. Tem que cuidar da Cidade como um todo, não só onde dá jornal. Tem muitas Secretarias cuidando só do jornal, e tem que cuidar da Cidade, não do jornal. A Vigilância Sanitária tem que ir lá no mercadinho da vila, aonde não vai; lá eles não vão, porque é muito difícil, eles se socam é na Cidade Baixa, onde dá notícia, e esquecem do resto da Cidade. Eles vão aonde é mais fácil, onde dá notícia, onde tem fotografia, onde tem luz. A EPTC tem que cuidar da rua, para não fazerem algazarra e não circular bêbado, esse é o papel da EPTC. A Brigada tem que cuidar da rua para não dar essas

confusões que há lá na rua, mas não se socar todo o mundo dentro dos restaurantes e bares, junto das pessoas de bem. Tem que dar um basta, Prefeito Fortunati... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Dr. Thiago Duarte está com a palavra para uma Comunicação de Líder, e, após, seguirá sua manifestação em Comunicações.

O SR. DR. THIAGO DUARTE: Obrigado, Ver. Mauro Zacher. Eu falo, hoje, em nome da Bancada do PDT, em Liderança, e, em meu nome, em Comunicações. Vim aqui para ressaltar algumas questões que julgo muito importantes que têm ocorrido. A primeira: eu abro o jornal Vitrine, da Restinga (Mostra jornal.), e observo, na faixa central, Ver. Dr. Goulart, a inauguração do posto de saúde do Núcleo Esperança. Na verdade, para quem não mora na Restinga e não conhece, essa é uma demanda do Orçamento Participativo de mais de 15 anos, e eu não preciso dizer que, em função da dificuldade de atendimento que aquela comunidade tem, Ver. DJ. Cassiá, é uma grande necessidade para aquela comunidade. O PSF – lá é equipe dupla – vai ter dois médicos, quatro técnicos de enfermagem, duas enfermeiras e, principalmente, os agentes comunitários de saúde, que fazem esse elo entre a comunidade e o posto de saúde, além de uma equipe completa de odontologia. Então, sem dúvida nenhuma, a população do Núcleo Esperança está de parabéns. A população da Restinga como um todo está de parabéns. O Núcleo Esperança vai ter uma condição de atendimento do PSF de mais de oito mil pessoas, num convênio muito bem colocado entre a Prefeitura Municipal e o Hospital Moinhos de Vento, que, sem dúvida nenhuma, tem prosperado muito em direção também ao Hospital da Restinga.

O outro assunto que trago aqui, que acho muito importante a gente frisar, é a questão do transporte hidroviário. Inclusive o Prefeito fez o anúncio, nesta semana, sobre as diretrizes do processo do transporte hidroviário que se inicia na Cidade. Lembro a vocês que o processo se iniciou, há muitos e muitos anos, com um Projeto do Ver. Pedro Ruas, ainda na gestão de Olívio Dutra, e

que nós, à frente da Comissão de Saúde e Meio Ambiente, na sua presidência, Ver.^a Sofia, tivemos oportunidade de fazer aquela viagem experimental. O Ver. Beto Moesch insistiu bastante nesse aspecto, e nós acabamos fazendo uma viagem experimental demonstrando efetivamente que o transporte hidroviário é uma grande possibilidade para a Região Sul e Extremo-Sul da Cidade, que possibilita um modal diferenciado, com uma qualidade diferenciada e com valores, sem dúvida alguma, competitivos.

Fiquei muito contente ao ver, nessa reunião que houve dia 8 de maio, aqui na Câmara, na CECE, que a Associação de Turismo Náutico do Rio Grande do Sul colocou que é possível criar novos pontos de atracação em toda a orla, referindo-se, inclusive, à Usina do Gasômetro, onde testes de batimetria foram realizados e localizadas algumas áreas propícias à colocação de píer, e também a possibilidade de novas embarcações além das que já existem no Estado; novas embarcações municipais explorarem o transporte de passageiros. Nessa reunião, para minha alegria também, foi defendida a permanência do Cisne Branco. Certamente, Porto Alegre caminha para esse novo modal em direção à Região Sul e ao Extremo-Sul da Cidade.

Quero também falar sobre o nosso Projeto. Aqui, Ver.^a Sofia, não está em discussão o mérito do Projeto, da doação de uma muda de árvore para quem comprar um veículo automotor; não está em discussão a questão da sustentabilidade, a questão ecológica, mas está em discussão a questão de o Vereador ter a prerrogativa de poder propor projeto. Quero ressaltar o que o Ver. Braz e a Ver.^a Sofia me responderam, naquele momento, que esse Projeto havia sido aprovado com dois votos favoráveis na CCJ, no Parecer anterior; mudou o ano, e o Parecer foi reprovado na tramitação dele. No entanto, dos sete membros da CCJ, só quatro deles votaram. Se eu tivesse algum desses votos favoráveis, Ver. Bernardino; Ver. Mauro Zacher, que era da Comissão; Ver.^a Maria Celeste, esse Projeto teria tramitado. Eu sei, Ver.^a Maria Celeste, da sua ajuda, muitas vezes, para a tramitação desses nossos Projetos.

Então, não se pode arquivar um Projeto sem a CCJ ser ouvida na sua plenitude. Por isso, a nossa prerrogativa de poder vir aqui e solicitar ao Plenário que se manifeste sobre isso.

Então, peço, mais uma vez, sem entrar no mérito do Projeto, que a gente possa, sim, este ano, resgatar a sua tramitação.

Por fim, e por mais tempo, gostaria de falar sobre a matéria do jornal Zero Hora desse domingo, nesta matéria muito bem realizada: “Felipe, 14 anos, filho da rua”. Lendo a matéria muito bem escrita pela jornalista Letícia Duarte, que não é minha parente, a gente observa algumas questões que chamam muito a nossa atenção. (Lê.): “Herdeiro de um lar em crise [A mãe do menino Felipe fez um relato]. Sua sexta gravidez não foi planejada, mas nem por isso era indesejada. Com cinco filhos em idades entre 6 e 19 anos, a doméstica, de 37 anos, sentia falta daquelas atenções que só as gestantes recebem [Então, é importante que possamos, Ver. Dr. Goulart, refletir sobre isso. Muitas vezes, nas comunidades mais vulneráveis e mais periféricas da Cidade, as mulheres engravidam para poder ter uma atenção maior do Poder Público, dos seus familiares e da sociedade. É importante que nós reflitamos sobre isso.], da emoção que o filho começa a dar para a mãe antes mesmo de ser parido. Acreditava que a chegada de um bebê poderia trazer dias melhores. Nunca tomou anticoncepcionais, confiava que Deus sabe das coisas”. Que Deus sabe das coisas! Deus sabe das coisas, mas é importante que nós possamos ter o direito de escolher quantos filhos ter, é importante que possamos dar a possibilidade de que essas pessoas saibam disso, de que todas as pessoas saibam disso, é importante guardar a grande possibilidade de as pessoas efetivamente poderem utilizar todos os métodos que há à disposição, de não sonegar acesso ao planejamento familiar. O planejamento familiar é um direito de todas as famílias, e não se pode, em nenhum momento, sonegar acesso a esse direito.

A Sra. Maria Celeste: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Rapidamente, Ver. Thiago. Agradeço por conceder-me o aparte. Li e reli, várias vezes, a reportagem da Letícia Duarte, que foi muito feliz na construção que fez ao longo dos três anos, na cidade de Porto Alegre, sobre a vida de Felipe e de tantos outros “felipes” que ainda estão na rua. Mas o que me chamou mais a atenção foi a ineficiência, não só da mãe e da família, mas de toda a rede de atendimento, que não conseguiu criar um vínculo de proteção para esse jovem.

O grande problema que nós temos é a questão da autoridade da mãe, do limite do pai, a necessidade da imposição dos limites e, mais do que isso, a vinculação afetiva com esse jovem, para que ele efetivamente possa estar dentro de um projeto, de uma escola, de um programa de atendimento.

Parabéns pela iniciativa do seu comentário na tribuna! Acho que essa reportagem tem que ser baliza para todos nós, aqui na Câmara, de fato, enfrentarmos esse problema dos meninos e meninas nas ruas de Porto Alegre.

O SR. DR. THIAGO DUARTE: Obrigado, Ver.^a Celeste. Concluindo, realmente, no nosso ponto de vista, o planejamento familiar efetivo pode ser uma grande arma no combate à drogadição. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Queria saudar a presença da Marivaine Alencastro, Presidente Estadual do PV, e também do Cláudio Ávila, Secretário-Geral Estadual do PV; sejam muito bem-vindos!

O Ver. Elias Vidal está com a palavra em Comunicações.

O SR. ELIAS VIDAL: Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos assiste nas galerias e pela televisão, imprensa, funcionários desta Casa, senhores e senhoras, para mim é uma honra muito grande estar aqui neste momento, que é um momento histórico, porque eu estou na tribuna, pela primeira vez, diante da Marivaine Alencastro, minha Presidente Estadual do Partido Verde; do Cláudio Ávila, Secretário-Geral do PV/RS; também está o Julio Faria Corrêa, Secretário de Finanças do PV de Porto Alegre, ao lado, e a jovem simpática, a Juliana Bram, Secretária de Organização do PV de Porto Alegre. É uma honra tê-los aqui conosco e este Vereador, mais verde do que nunca, está muito feliz. Estou de bem com a vida, se deu para vocês perceberem, eu não perco uma corrida e não perco uma pedala, estou em todas, isso faz bem para o coração, faz bem para a saúde. Eu tive a honra de participar da última pedalada. Vocês viram que o verde está

tão na onda que todo mundo aderiu ao verde do PV, e isso é uma maravilha, para ver que o verde é o DNA da vida.

Mas, senhores, eu venho a esta tribuna para fazer uma consideração e repartir com os senhores um assunto que eu acredito ser muito importante. É que hoje está acontecendo a segunda Pauta de um Projeto de Lei, de um pedido para que nós possamos ter a nossa Bancada Verde aqui na Casa. Meu amigo Toni; meu amigo Melo, todos os Partidos têm uma vocação, uns pela Educação, outros pela Saúde e outros pelo Trabalho. O Partido Verde é para a Sustentabilidade. Mas se tratando de sustentabilidade, trata-se de vida, e vida não tem Partido, vida é para todos os Partidos, porque a água é de todos, o oxigênio é de todos, o Guaíba é para todos, assim como as matas, a fauna, tudo. Então, todos os Partidos, na realidade, devem estar engajados em um processo de salvar a espécie, a vida, em todos os seus aspectos. E o Partido Verde tem a sua grande contribuição nesse papel, não sabemos quem vai ser o próximo Prefeito, mas o Prefeito que virá deverá receber o apoio de todos, incondicionalmente de Partido, de cidadão, de cor, de religião, porque nós estamos falando de vida. E para o Partido Verde é muito importante, Sr. Vereadores e Sras. Vereadoras, ter a sua Bancada, assim como o Ver. Toni, meu querido e amado, teve o prazer e o privilégio, juntamente com Tessaro, o Bernardino, o Flecha Negra, tem a Bancada de vocês, o espaço, o que muito nos orgulha; também nós precisamos ter o nosso espaço, porque está restrito ao nosso Gabinete. Nós temos que desenvolver alguns trabalhos que são para a Cidade, para os cidadãos de Porto Alegre, para o Brasil, para o mundo, para o Estado. O que acontece aqui é que pode quebrar uma cadeia ecológica – isso vai afetar lá na África, na Amazônia, afeta aqui. É uma interligação ecológica da sustentabilidade.

Então, senhores, em nome do meu Secretário-Geral, Cláudio Ávila, grande líder, que está fazendo um excelente trabalho no Rio Grande do Sul, viajando pelos Estados – conta-se que já é o Cavalheiro, o nosso guru também. Temos uma equipe muito boa. Há outros que não estão aqui, mas, provavelmente, no dia da votação, vamos ter a honra, a felicidade, Cecchim, meu querido, de trazer os nossos militantes, porque eles nunca tiveram, em 20 anos, o privilégio de ter uma Bancada nesta Casa – 20 anos não, foram 22 anos sem Bancada.

Para o nosso Partido Verde – PV, vai ser um orgulho ter uma Bancada aqui. Isso é histórico. Eles vão vir aqui, com muito orgulho, com muita felicidade... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Elias Vidal prossegue a sua manifestação, a partir deste momento, em Comunicação de Líder.

O SR. ELIAS VIDAL: Segunda parte, ato 2. Senhores, isso é muito importante para nós, do Partido Verde, como é importante para os senhores. Nós respeitamos os Partidos que têm vocação para educação, e a educação é de todos. Nós respeitamos os Partidos que têm vocação para saúde. Cada Partido tem a sua vocação; o Partido Verde tem a sua vocação, o seu DNA, não tem como escapar dele. A luta é por algo que não é só do Partido Verde, é de todos os Partidos, é de todo ser humano que nasce sobre esta terra. Senhores, precisamos trabalhar muito nessa linha, porque a fatura o planeta já mandou; a fatura em sequência, a cada ano ele manda uma fatura. Essa fatura é com vidas. O efeito retardatário dessa fatura vai longe, talvez vá por séculos! Essa bancada, este espaço é extremamente importante para que nós tenhamos ali uma trincheira para se colocar ao lado dos senhores nas políticas públicas da sustentabilidade.

Tenho dado apoio ao Ver. Melo o tanto quanto possível, no que me permite a minha agenda, no Código de Posturas, que mexe em todas as nuances da vida humana, nós precisamos colocar o olhar da sustentabilidade em toda e qualquer tipo de ação que se faça sobre a terra. É questão de vida. O lixo que se coloca no chão, o plástico; o assoalho do Guaíba é lama e plástico. As poucas tartarugas, coitadinhas, morrem engasgadas com o plástico. Os peixes estão de barriga para cima pedindo oxigênio! Isto é vida, senhores?

Então, esta causa é de todos nós, não é uma causa só do Partido Verde. Talvez, toque para o Partido Verde um pouco mais, porque é o seu DNA.

Nós não vamos discutir tão bem quanto o Partido dos Trabalhadores em políticas públicas com relação ao trabalho, porque são bons nisso. Nós não vamos discutir e querer achar que sabemos mais que o PDT, por exemplo, que

tem uma vocação muito grande para a questão da Educação. Cada Partido aqui tem a sua contribuição. Assim a Cidade se faz representada na coletividade de muitos Vereadores com várias correntes.

O PV, em 22 anos, nunca teve um Vereador verde. Eu quero dizer para os senhores, de coração, sem mágoa, sem tristeza, assim, muito de boa, como diz a gurizada, eu estou tão feliz por estar no Partido Verde, que vocês não têm ideia! Não têm ideia! Vocês não notaram como eu estou sorrindo pelos cantos, como a minha boca enganchou na orelha. Eu não consigo mais parar de rir, eu estou feliz, porque militei muito na área de dependência química, militei muito na área social e continuo, mas agreguei uma bandeira que eu fazia muito particularmente.

Não vai aqui um narcisismo político, até porque eu não vou concorrer, não vou disputar com vocês, com os senhores. Os senhores sabem que eu tenho um horto ecológico, um horto florestal que é da minha família. Eu cheguei para a minha família e disse: gente, vamos deixar uma herança para este Planeta, é uma área linda, maravilhosa, com trabalhos aí pela orla do Guaíba. Eu estou pedalando todos os dias ou correndo todos os dias, 20 quilômetros, estou um pouco suado, porque fiz dez quilômetros, e, à noite, farei mais dez. Corri na São Silvestre, corri agora, vou correr depois e é isso. Então, senhores, isso é vida! A vida é assim que se constrói.

Eu quero fazer um pedido para a Bancada do PTB – esta grande Bancada –, à Bancada do PSD, à Bancada do PPS, à Bancada do PT, e a todas as demais Bancadas, se puderem nos ajudar e nos apoiar nesta causa que não é do PV, mas é uma causa que é da terra, é dos gaúchos, é do cidadão porto-alegrense: nós não temos um espaço, uma bancada, um espaço geográfico, um cantinho, para tratar de políticas públicas em prol da vida. Então, faço este apelo de coração para coração! Participem dessa história, ajudem a formar a primeira...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Elói Guimarães está com a palavra em Comunicações.

O SR. ELÓI GUIMARÃES: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, queremos saudar, aqui, os integrantes do Partido Verde e dizer que tivemos, nesta semana, convenções. Ainda haverá outras de outros Partidos para fazer a escolha dos seus candidatos majoritários, dos seus candidatos à proporcional.

Eu dizia ontem, na convenção do PDT, quando aquela convenção escolhia o seu candidato, o Prefeito José Fortunati, bem como o nosso colega de Câmara de Vereadores, o bravo, o talentoso, o lutador, inteligente, Ver. Sebastião Melo, que a entidade mais importante, a instituição mais importante da democracia é o Partido político. Não é a FIFA nem a ONU, que irão organizar as nominatas, oferecer os candidatos para a eleição; são os Partidos políticos. Até porque não existe democracia sem Partido político. Os Partidos políticos dão a estrutura, e expressam, através das urnas, a vontade da Nação, a vontade da população.

Foram convenções extraordinárias. O PTB teve a oportunidade de fazer a sua convenção na quinta-feira; o PMDB fez a sua convenção no sábado; e o PDT, do Prefeito, e candidato a Prefeito, companheiro e amigo José Fortunati, fez no domingo. Grandes convenções, de muito entusiasmo, de muita garra, de muita alegria, porque, exatamente, é a democracia, é exatamente o momento em que os Partidos, pelas suas militâncias, fazem as suas convenções, que é o ato mais importante do Partido político. A convenção é o ato, digamos assim, a cláusula de ouro do estatuto, do regimento, enfim, dos Partidos políticos.

Então, se procedeu à convenção, que já escolheu como candidato a Prefeito, pelo PDT, o José Fortunati, e o candidato a Vice-Prefeito, pelo PMDB, o Ver. Sebastião Melo. Integram, essa coligação, essa frente, 11 Partidos, e, segundo informações, o Democratas deve, de hoje para amanhã, deliberar acerca das eleições, formando essa frente de Partido.

São momentos importantes que vivencia o Estado, a Cidade e, de resto, o País, porque é uma eleição municipal e nacional, porque todos os Municípios brasileiros terão os seus candidatos.

E dizíamos, também, que nós temos que fazer uma Cidade república, no sentido de que todos os espaços tenham a presença do ideário republicano, que nada mais é do que a manifestação, a administração do povo, para o povo

e pelo povo. Esse é o sentido forte e verdadeiro da república para o bem comum, os Partidos existem como instrumentos à consecução do bem comum. Os Partidos vão ao Governo, administram, é bem verdade... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. João Carlos Nedel assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. Luiz Braz está com a palavra em Grande Expediente.

O SR. LUIZ BRAZ: Sr. Presidente, Ver. João Carlos Nedel; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; senhoras e senhores, hoje, aqui, eu ouvi o pronunciamento do meu amigo Ver. Dr. Thiago Duarte, falando sobre uma proposição sua que tramitou na Comissão de Constituição e Justiça, onde sou Presidente, e que foi rejeitada por 4 dos 7 votos que nós temos dentro da Comissão. E o Ver. Dr. Thiago achou e tachou como injusta uma possibilidade como essa de um Projeto não seguir avante sem que todos os Vereadores da Comissão possam ter votado. Eu até acho que, de um determinado modo de enxergar, V. Exa., Ver. Dr. Thiago, pode ter razão, mas imagine que também não é justo que uma proposição – e eu não estou dizendo que seja a sua, estou falando genericamente – que seja flagrantemente inconstitucional possa continuar tramitando na Casa apenas por causa de um voto, na Comissão de Constituição e Justiça. A Comissão perde completamente a sua força, porque basta que um integrante da Comissão de Constituição e Justiça vote a favor da tramitação de uma proposição e, mesmo que seja inconstitucional, ela vai tramitar. Nós, Ver. Elói Guimarães, apresentamos um Projeto, há questão de dois anos, procurando modificar essa lógica perversa, injusta – isto sim, injusta – que existe lá na Comissão de Constituição e Justiça, pela qual, em vez de um voto para que a proposição pudesse continuar tramitando, nós tivéssemos a

oportunidade de dois votos. Senão, eu tenho um Projeto, sou da Comissão de Constituição e Justiça, Ver.^a Maria Celeste, tenho uma proposição que está tramitando na Comissão de Constituição e Justiça e, mesmo que todos os meus companheiros acreditem que a minha proposição seja inconstitucional, basta que eu vote a favor dela, ou, então, alguém que não tenha um Vereador lá na Comissão de Constituição e Justiça, basta que ele peça para um Vereador: “feche os olhos e vote a favor da minha proposição”. E aí, Ver. Elói, pronto; basta isso para que estejamos aqui discutindo, por um longo tempo, uma proposição inconstitucional.

O Sr. Elói Guimarães: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Luiz Braz, acompanho o raciocínio e a análise de V. Exa. acerca da disposição regimental. V. Exa. está absolutamente focado dentro da melhor das interpretações, porque, veja V. Exa., uma disposição disponibilizada no Regimento não pode ser derrubada pelo Plenário. V. Exa. já colocou o que está dito no Regimento da Casa: se um voto for contrário, vem a Plenário para decisão, a decisão da Comissão de Justiça; logo, é vênua do nosso querido amigo Dr. Thiago, não tem fundamento. Aliás, a Mesa deveria indeferir liminarmente a iniciativa de fazer votar em Plenário contra a disposição explícita, literal do Regimento. Sou grato a Vossa Excelência.

O SR. LUIZ BRAZ: Muito obrigado, Ver. Elói Guimarães. Se nós temos sete Vereadores na Comissão de Constituição e Justiça, nós precisamos de quatro votos; se entre esses quatro tivesse um apenas que dissesse que o Projeto do Ver. Dr. Thiago tivesse que tramitar na Casa, pronto, esse Projeto já estaria tramitando, esse Projeto já não precisaria mais de nenhum tipo de recurso para que fosse analisado pelos Srs. Vereadores. Agora, tem aquela responsabilidade de cada Vereador. Se nós sabemos que um projeto é inconstitucional, só porque esse projeto é de autoria de um companheiro nosso, de um amigo, de um parceiro partidário, ele precisa, então, tramitar e gastar o tempo do Plenário para nós discutirmos aqui uma proposição flagrantemente inconstitucional? Eu acho que é obrigação de qualquer um dos Vereadores, pertencendo à Comissão de Justiça ou não, quando enxergar uma

proposição flagrantemente inconstitucional, apontá-la e tentar de alguma forma fazer com que ela não tramite, porque, senão é apenas gastar tempo do Plenário.

O Sr. Dr. Thiago Duarte: V. Exa. permite um aparte?

O SR. LUIZ BRAZ: Com muito prazer, meu querido amigo, Ver. Dr. Thiago.

O Sr. Dr. Thiago Duarte: Desculpe, Ver. Braz, eu até não queria tomar o seu tempo, porque nós temos posições divergentes em relação a essa matéria...

O SR. LUIZ BRAZ: Para mim sempre é um prazer ouvi-lo.

O Sr. Dr. Thiago Duarte: V. Exa. historiou exatamente a sua posição, da qual, democraticamente, eu divirjo, mas eu só queria fazer um reparo à colocação do Ver. Elói, dizendo que esse recurso ao Plenário está, inclusive, no art. 99 do nosso Regimento: “Recurso é o meio de provocar no Plenário a modificação de decisão tida como desfavorável por ato da Mesa, Presidência ou das Comissões”. Então, eu só queria deixar consignado de que essa solicitação que fizemos para o Plenário se definir sobre essa matéria está amparada no Regimento da Casa.

O SR. LUIZ BRAZ: Ver. Dr. Thiago, eu tenho plena certeza que, dentro do Regimento, V. Exa. tem todo o direito de vir aqui e requerer ao Plenário essa revisão da decisão da Comissão de Constituição e Justiça. Os Vereadores da Casa é que têm que ter a consciência de não votarem favoravelmente ao seu pedido, porque, afinal de contas, votarmos aqui simplesmente para tramitar uma proposição que nós sabemos ser inconstitucional, eu acho que é o fim do mundo.

O Sr. Elói Guimarães: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Luiz Braz, o eminente Ver. Dr. Thiago leu disposições gerais do

Regimento Interno. Agora eu vou ler a V. Exa. disposições específicas – quando há disposições específicas, não se aplicam as disposições gerais.

O SR. LUIZ BRAZ: Com certeza.

O Sr. Elói Guimarães: Art. 55 (Lê.): “A proposição que receber parecer contrário de todas as comissões pelas quais tramitou será tida como rejeitada e será arquivada. Parágrafo único: Recebendo parecer conjunto das Comissões a proposição só poderá ser arquivada se todas as Comissões se manifestarem contrariamente”. É outra história. Art. 56 (Lê.): “Quando o parecer da Comissão de Constituição e Justiça apontar existência de óbice de natureza jurídica para tramitação da matéria, será cientificado o autor da proposição para, no prazo de dez dias, querendo, apresentar contestação por escrito. § 3º: A contestação deverá refutar as inconstitucionalidades ou ilegalidades arguidas, apresentando as razões legais, doutrinárias ou jurisprudenciais pertinentes”. Então, será arquivado.

O SR. LUIZ BRAZ: Olha, Ver. Elói Guimarães, eu reconheço o direito de o Ver. Dr. Thiago apresentar o seu recurso – ele apresentou lá e perdeu também o recurso; da mesma forma como ele perdeu da primeira vez, lá na Comissão de Constituição e Justiça, ele perdeu também o recurso. Então, ele vem ao Plenário utilizando exatamente um dos artigos do nosso Regimento. E acho que o Ver. Dr. Thiago pode, realmente, vir e pedir para o Plenário; o que o Plenário não pode é dar ganho de causa para o Dr. Thiago, porque eu acredito que assim nós estaríamos dizendo: não precisamos mais de Comissão de Constituição e Justiça. Agora, qualquer projeto, mesmo que seja inconstitucional, pode tramitar aqui. A Comissão de Constituição e Justiça está lá exatamente para impedir que as proposições flagrantemente inconstitucionais possam tramitar. Esse não é o dever do Procurador da Casa, que dá aquele Parecer inicial; esse é um dever da Comissão de Justiça.

O Sr. Bernardino Vendruscolo: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Luiz Braz, V. Exa. diz que o Ver. Dr. Thiago pode pedir ao

Plenário, mas o Plenário não pode votar. Não, parece-me que, se pode pedir ao Plenário, cabe ao Plenário julgar “sim” ou “não”, ele não pode impedir.

O SR. LUIZ BRAZ: Ver. Bernardino, o que eu tenho a dizer é o seguinte: cabe à consciência de cada Vereador essa decisão. Agora, eu acredito que cada um de nós deve ter em sua consciência que as proposições flagrantemente inconstitucionais não devam prosperar na Casa! É isso que eu estou dizendo.

O Sr. Bernardino Vendruscolo: Tudo bem, inclusive V. Exa. iniciou a fala dizendo do encaminhamento de um outro projeto buscando modificar o nosso Regimento.

O SR. LUIZ BRAZ: Exatamente; que dois votos, na Comissão de Justiça, pudessem ser aqueles que indicassem constitucionalidade ou inconstitucionalidade, porque hoje é um só, e, sendo um só, nós ficamos ao alvedrio de que uma só pessoa, que pode ser até a autora do projeto, possa votar para que o projeto prospere, e eu acho que isso realmente é injusto.

O Sr. Bernardino Vendruscolo: V. Exa. disse que o Ver. Dr. Thiago tem direito a encaminhar esse Requerimento; agora, o Plenário não pode votar. Não, o Plenário pode!

O SR. LUIZ BRAZ: Desculpe se eu me expressei assim; se V. Exa. entendeu assim, não foi isso que eu quis dizer.

A Sra. Maria Celeste: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Luiz Braz, acho que essa é uma discussão recorrente nesta Casa, especialmente na Comissão de Constituição e Justiça. Eu tenho discordância do seu parecer quanto à necessidade de dois votos contrários para tramitação do Projeto. A minha discordância é no seguinte aspecto: a Comissão de Constituição e Justiça é formada por sete Vereadores da Casa; o Plenário é composto por 36 Vereadores, e acaba sendo o Plenário soberano nas decisões sobre todas as questões da Casa. Portanto, a Comissão de Constituição e

Justiça, com apenas sete Vereadores, não poderia ser soberana de decisões sobre um plenário maior.

Outro aspecto que nós precisamos também considerar é que, por vezes, a Procuradoria da Casa, que determina um Parecer jurídico, tem uma opinião e a Comissão de Constituição e Justiça tem outra opinião. Qual dos dois pareceres tecnicamente jurídicos seria o ideal ou correto para determinados projetos? Então, essa dúvida faz com que eu tenha a opinião da necessidade de apenas um Vereador dar um voto contrário para a tramitação. Não significa que seja a opinião da Comissão, mas que esse projeto tenha a oportunidade de tramitar e, aí sim, o Plenário, na sua soberania dos 36 Vereadores, opine sobre esse tema, se as demais Comissões não derem o parecer pela rejeição. Então, acho que o nosso Regimento está justo, correto, privilegiando, inclusive as minorias da Casa do ponto de vista político, e isso nos ajuda na construção de projetos para a Cidade. Obrigada.

O SR. LUIZ BRAZ: Ver.^a Maria Celeste, V. Exa. é muito estudiosa e sabe que a Procuradoria, na verdade, orienta a Mesa – as decisões da Mesa são orientadas pela Procuradoria. Mas o processo, quando continua tramitando ou vai tramitar, e o Presidente poderia retirá-lo – porque o Presidente tem o poder de retirar a proposição, quando sabe que o processo é flagrantemente inconstitucional –, mas, se ela deixe tramitar, é lá na Comissão de Constituição e Justiça, que é uma Comissão técnica. Na verdade, a única Comissão absolutamente técnica da Casa é a Comissão de Justiça – as outras são mais comissões políticas –, e é nessa Comissão que nós realmente podemos fazer esse apontamento.

O Sr. Dr. Thiago Duarte: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Desculpe-me, mas eu só queria colocar também que, no dia 15 de outubro de 2009, quando a Comissão deu o seu primeiro Parecer, nós tínhamos favoráveis a esse Projeto, na CCJ, três Vereadores: o Ver. Bernardino, a Ver.^a Maria Celeste e o Ver. Nilo Santos. Eu só queria deixar isso registrado. Virou o ano, e aí foi feito um novo Parecer. Obrigado.

O SR. LUIZ BRAZ: Obrigado, Vereador... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra em Grande Expediente.

O SR. MÁRCIO BINS ELY: Sr. Presidente, Ver. João Carlos Nedel, na pessoa de V. Exa., quero cumprimentar os demais Vereadores e Vereadoras; o público que nos assiste pela TVCâmara ou nas galerias, senhoras e senhores, venho a esta tribuna hoje, em Grande Expediente, para tecer algumas considerações a respeito de avanços importantes que acredito estarem ocorrendo na Cidade e que têm relação direta com a Revisão do Plano Diretor e com o ritmo acelerado que a coragem e a determinação do Prefeito Fortunati e do Prefeito Fogaça acabaram impondo na Cidade, transformando a qualidade de vida do cidadão e da cidadã. Eu diria que um dos principais investimentos que ocorreu na Cidade diz respeito a uma obra de infraestrutura, que foi o Conduto Forçado Álvaro Chaves. Foi um investimento importante, de alguns milhões de reais, mas que deu solução e permitiu que uma parte nobre da Cidade agora passasse a receber investimentos e parasse de ser uma área alagadiça. Eu falo aqui do 4º Distrito, do bairro Floresta, de toda aquela região que, a cada chuva, a cada temporal, a cada intempérie... muitas vezes inclusive nós víamos pessoas com *jet skis* ou caiaques que iam até a Av. Goethe, e até fotos saíram nos jornais de grande circulação da Cidade fazendo um deboche. Eu acho que hoje a Administração deu uma resposta importante. Resolvemos um problema importante da Cidade, mas, mais do que isso, através da legislação, agora estamos aperfeiçoando um conceito de a uma conduta que passa a ser uma responsabilidade de todo cidadão: essa nova ferramenta que passa a integrar o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental que é a Área Livre Permeável e Vegetada. Porque, se nós continuássemos num crescente a cada intervenção urbana, a cada obra, a cada empreendimento, a cada construção, permitindo que o particular impermeabilizasse o solo – traduza-se impermeabilizar o solo: asfaltar o seu terreno por inteiro –, nós, um dia,

chegaríamos a ter em Porto Alegre uma situação como acontece em São Paulo, onde, a cada chuva ocorrem alagamentos por toda a cidade. Por quê? Porque a água não tem por onde escoar. Então, nesse sentido, eu quero dizer que aqui na Casa se aprovou essa ferramenta importante que é a Área Livre Permeável e Vegetada. Ela nada mais é do que um percentual que cada empreendedor, que cada dono de terreno que vai construir uma casinha, um apartamento, um empreendimento, um posto gasolina, um *shopping center*, uma escola, uma creche terá a responsabilidade de respeitar dentro de um percentual conforme o tamanho do seu terreno. Ele terá de deixar uma Área Livre Permeável e Vegetada para que o aquífero possa ser restabelecido, para que a água da chuva possa ser absorvida. E não é só manter uma graminha na superfície e uma garagem com subsolo embaixo. Não! É uma Área Livre Permeável e Vegetada onde a água da chuva possa ser absorvida, fazendo com que, de maneira inteligente, a Cidade toda tenha a responsabilidade de não permitir que se impermeabilize todo o solo e que, no futuro, a médio e longo prazo, a Cidade não se transformasse em locais, espaços, territórios urbanos que possam ficar alagados.

Acho que a Cidade acertou com esse avanço, que é um avanço importante. É claro que, para aquele conduto forçado ou para aquela obra específica, foi necessário um investimento importante empreendido ali. Foi uma resposta importante para milhares de moradores, mas que agora, com o aperfeiçoamento da legislação, com a ajuda da Casa e por iniciativa inclusive do Ver. Beto Moesch, em conjunto com o Executivo, na época, conseguiu-se estabelecer esse novo regramento.

O Sr. Bernardino Vendruscolo: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Márcio Bins Ely, quero cumprimentá-lo, porque está defendendo essa possibilidade da permeabilização da água nos conjuntos habitacionais, e eu gostaria de salientar que essa é uma Emenda minha e do Ver. Reginaldo Pujol no Plano Regulador. Quero cumprimentá-lo por isso.

O SR. MÁRCIO BINS ELY: Obrigado, Vereador. Eu acredito que realmente precisamos ter iniciativas que possam dividir a responsabilidade com a Cidade.

Eu quero falar também um pouco do momento que a Cidade vive, da responsabilidade e de uma política pública prioritária que o Governo enxergou como necessária para o bem do cidadão porto-alegrense e para a melhoria da qualidade de vida da Cidade, que foi o empenho, a coragem e a determinação de homens como o Fogaça e o Fortunati, que brigaram para que Porto Alegre fosse sede da Copa do Mundo de 2014.

Vejamos as transformações que estão ocorrendo na Cidade em função dessa alavanca e da perspectiva que Porto Alegre passa a ter no momento em que integra um rol de 12 Capitais que vão receber os jogos da Copa do Mundo, o grande legado que fica para a Cidade em função da realização dessa Copa.

O primeiro ponto que eu quero destacar aqui é o retorno do debate a respeito da instalação do modal metrô na cidade de Porto Alegre. Há quantos anos se aguarda essa notícia, essa realidade da transformação da Cidade com a vinda de mais um modal que tem capacidade para transportar 40 mil, 50 mil passageiras por sentido/hora? Há esse novo conceito dinâmico de reavaliar o transporte nos grandes corredores, os BRTs, que já estão sendo licitados para as avenidas Bento Gonçalves, João Pessoa e Aparício Borges. Quem já foi a Curitiba conhece o Ligeirinho. Poder transportar com agilidade, poder falar em, talvez, tirar do Centro da Cidade 30 mil viagens de pessoas que vão até o Centro, e, lá chegando, trocam de ônibus porque não tinham como destino final o Centro; vão até ali, mas seguem viagem porque têm um outro destino. Então, redimensionar o transporte coletivo da Cidade, estruturar as grandes vias, as duplicações que estão previstas: a Tronco; a Av. Edvaldo, em obras, quase pronta; iniciando o trabalho de duplicação da ponte; a duplicação da Rua Voluntários da Pátria, que já está pronta, até próximo da Arena; com a chegada da Rodovia do Parque, a perspectiva da construção de uma segunda ponte no Guaíba. E quando se fala em Guaíba, não se pode esquecer do investimento no Pisa; e devolver a balneabilidade das águas para a Cidade, tratar quase 80% do esgoto. Isso diz respeito a quem faz política pública pensando no presente, mas dialogando com o futuro. Acho que é assim que nós precisamos fazer, está correto. Quero enaltecer aqueles que tiveram coragem. A gente transitava por aqui, próximo ao Harmonia... Hoje, vemos aqueles canos enormes lá na ponta do Estaleiro, em frente do BarraShoppingSul, mas antes

era a Cidade inteira tomada por canos; tem que ter coragem para enterrar cano! Mas tem que se ter a responsabilidade de saber que saneamento é prioritário, porque diz respeito à saúde, à qualidade de vida das futuras gerações, à sustentabilidade.

O Brasil e o mundo estão reunidos no Rio de Janeiro, esta semana, tratando da Rio+20. Quero dizer que, aqui em Porto Alegre, nós criamos o Planejamento Energético Municipal, um programa que dialoga com energia limpa, com energia solar, eólica, com lâmpadas LED. Acho que Porto Alegre acertou quando trocou a sua tecnologia de iluminação pública e passou a iluminar mais e gastar menos.

Quero retomar outras pautas que entendo oportunas. Quero falar da área central. Hoje, Porto Alegre tem a perspectiva de ter uma nova página da história escrita, quando se fala em recuperação do Cais do Porto, o Projeto do Cais Mauá, que representa não só uma retomada da Cidade com o Guaíba, próximo ao Centro Histórico, mas também toda a preservação de um patrimônio cultural edificado que diz muito em relação à história da Cidade. Hoje, Porto Alegre tem e mantém, mais ou menos 1,4 milhão de habitantes. Mas tudo que está sendo proposto de investimento para a Cidade vai agregar valor a ela e às pessoas, porque o número de habitantes não tem crescido muito, e se o número não tem crescido, mas a qualificação dos espaços urbanos acontece em escala geométrica, é porque a qualidade de vida da Cidade vai melhorar a médio e a curto prazo.

Nós temos hoje previstas cinco obras de arte de passagens de nível de viadutos na 3ª Perimetral, subindo, na Av. Ceará, na Av. Cristóvão Colombo, na Av. Plínio Brasil Milano, na Rua Anita Garibaldi e na Rua Cel. Aparício Borges. Vamos eliminar cinco sinaleiras e, além disso, estaremos também recebendo, como um investimento importante, uma passagem de nível que vai ligar a Av. Júlio de Castilhos à Av. Castelo Branco, resolvendo o X da Rodoviária, que, há anos, se constitui num problema de trânsito, principalmente nas horas de pico, nas horas de saída de automóveis, nos finais de tarde. Esse investimento representa também uma transposição a menos, com sinaleira na área central, em um ponto nevrálgico da Cidade, próximo a um equipamento tão importante como é o da Rodoviária.

Estou fazendo um apanhado, porque percebo um movimento muito importante de qualificação de alguns equipamentos. Eu queria falar aqui do Aeroporto. Hoje, quando passamos perto do Aeroporto, vemos pilares e até algumas vigas, partes da estrutura do Aeromóvel muito adiantadas. Conversava, na semana passada, em um evento na ADESG, com o Herdina, Superintendente do Aeroporto, que já comentava comigo que inclusive as estações do Aeromóvel já tinham sido licitadas. Então, acredito que, até o final deste ano, ou no início do ano que vem, vamos ter uma integração do Metrô com o Aeroporto, que significa que as pessoas que estiverem andando de Metrô vão ter a oportunidade de cair dentro do terminal de passageiros do Aeroporto. Isso quer dizer que uma pessoa que mora em Novo Hamburgo, vai entrar no Metrô com a sua malinha e vai cair dentro do terminal de passageiros do Aeroporto Salgado Filho. Isso representa para nós, que estamos falando agora na possibilidade da Linha 1 do Metrô, ter um Metrô que vai da Praça Revolução Farroupilha até a ponta da FIERGS, integrando Cachoeirinha, Alvorada, Gravataí, toda a Região Metropolitana, a partir do modal Metrô... É uma possibilidade nova! Isso agrega velocidade, qualidade de vida.

Faço essas reflexões, porque vejo que Porto Alegre vive um momento único, senão vejamos: o Minha Casa, Minha Vida – aqui está o Ver. Dr. Goulart, que foi Diretor do DEMHAB – é um Programa social que destaca recursos importantes para a construção de moradias em unidades habitacionais para aquelas famílias e pessoas carentes, é o que as pessoas mais precisam, ou seja, sair da irregularidade, da clandestinidade, e passar a ter uma casa própria, e a Cidade se estruturou. Hoje, nós fizemos lá a CADAP, uma Comissão que aprova os projetos do Minha Casa, Minha Vida, em 90 dias.

É claro que a gente sabe que pode haver carência de transporte, de postos de saúde, de creche, até de escola. É claro que é inadmissível que uma criança tenha que andar cinco quilômetros para ir ao colégio. Mas se nós não imaginarmos que temos que aproveitar a oportunidade de pegar o recurso para, primeiro construir as casas, e que, assim que nós construirmos as casas, depois chegará a infraestrutura, nós não vamos enxergar a grandeza da oportunidade que a Cidade está tendo. É por isso que nós alavancamos essas aprovações, é por isso que nós temos alavancado e desburocratizado os

projetos do Minha Casa, Minha Vida, para, pelo menos, captar, do Governo Federal, o recurso para construir as casas. E aí nós vamos estar combatendo a informalidade, a clandestinidade, a irregularidade e passando a entregar lotes urbanizados, casas e moradias para as pessoas.

O tempo é curto para falar de tanta transformação e de tanta notícia boa que a Cidade vem recebendo. Parabéns aos gestores e a todos aqueles que, de uma forma ou de outra, têm colaborado para que a Cidade, nesse ritmo acelerado, possa estar se preparando para a Copa do Mundo e deixar para as futuras gerações um grande legado. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Airto Ferronato assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Airto Ferronato): (17h6min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Em discussão o PLL nº 028/10, com Veto Total. (Pausa.) O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para discutir o PLL nº 028/10, com Veto Total.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, venho a esta tribuna, mais uma vez, para defender a derrubada do Veto. Indo direto à fala do Ver. João Antonio Dib, cedo da tarde, queria dizer o seguinte: o nosso Projeto tem duas bases, a primeira é através do concurso público, para escolher o melhor projeto de estruturação do Parque Temático. Por que estruturação? Porque, tecnicamente, a Casa do Gaúcho, no Parque Maurício Sirotsky Sobrinho – Parque da Harmonia –, foi denominada, por lei, como Parque Temático da Cultura e do Folclore Gaúcho. Por isso, nós estamos tratando de estruturação, com concurso público. Em Parceria Pública-Privada, não há despesa do Executivo. Um negócio, Ver. João Antonio Dib, é um negócio. Na Parceria Público-Privada, a contrapartida do Poder Executivo é

a cedência do espaço, como está ali hoje. Não há necessidade de o Poder Público ofertar valores.

O Sr. Valter Nagelstein: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) desculpe-me por interrompê-lo, mas é para contribuir, Vereador. A Parceria Público-Privada é uma espécie jurídica própria, assim como é a concessão, a permissão de uso e a autorização. A Parceria Público-Privada envolve, sim, aporte de recursos do Município ou do ente concedente do Estado. Quando ele delega uma determinada prestação de serviço ou uma determinada concessão e o privado não auferir aquele lucro que era esperado naquele negócio, o Estado entra e banca a diferença. Isso, tecnicamente, é a Parceria Público-Privada; não é o que comumente as pessoas acham que é.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Desculpe-me, mas não é essa... Vossa Excelência está equivocado. Não, não é. Não é isto aí.

(Aparte antirregimental do Ver. Valter Nagelstein.)

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Já que nós temos pouco tempo, a Parceria Público-Privada, aqui nesta condição, do lado do Executivo, é a cedência do espaço, é o local, é o próprio municipal. A oferta do Executivo é o próprio municipal; do particular, é a estruturação com os gastos. A questão do lucro é o resultado do trabalho dos particulares, não há interferência do Executivo: “Ah, se não deu lucro, o Executivo paga, indeniza ou repõe a diferença”. Não é isso, por favor.

Mais ainda: há várias condições de se fazer um negócio. Uma Parceria Público-Privada é um negócio de um particular com o público. Não é isso que eu estou dizendo, que o Município tenha que aportar valores. Eu não disse isso em nenhum momento. Cabe ao Executivo botar, na condição da Parceria Público-Privada, essa condição: “Olha, eu entrego o espaço; vocês constroem o Projeto”. Então, por favor, eu não estou dizendo, não disse e não é essa a minha pretensão, que o Executivo tenha que botar dinheiro público ali. Não, não é isso. O Executivo entra com o espaço, com aquilo que já existe hoje,

porém de forma precária. O Executivo entra com aquilo que já tem, porém de forma precária. A Casa do Gaúcho, que tem nome técnico de Parque Temático da Cultura e do Folclore, já existe. Eu estou colocando que, através do Projeto, o Executivo faz um concurso público para escolher o melhor Projeto que o particular, a parceria pública ou as parcerias apresentarem. Evidentemente, o Executivo, a seu critério, vai escolher. A contrapartida do Executivo – vou frisar – é tão somente permitir, através do próprio municipal, ou seja, a Casa do Gaúcho que já está construída de forma precária. Então, por favor! Obrigado. (Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Airto Ferronato): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLL nº 028/10, com Veto Total.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente; meu caro Bernardino Vendruscolo, o Prefeito Municipal vetou um Projeto seu. Agora, temos a condição de aceitar ou não o Veto. O Projeto institui, no âmbito do Município de Porto Alegre, concurso para a elaboração de projeto de estruturação do Parque Temático de Cultura e do Folclore Gaúcho.

Eu achei, Ver. Vendruscolo, que o Prefeito diria que a SMAM tem um Projeto. Achei que diria isso nas razões do Veto. Existe um Projeto, se ele não foi utilizado até agora, provavelmente ele não seja positivo ou não tenha interesse. Aí V. Exa. propõe estruturar um concurso público para, inclusive, fazer o grande debate, talvez, pré-Copa do Mundo, porque se discute muito a questão da Copa do Mundo. O que nós, efetivamente, estamos fazendo, enquanto municipalidade, para turbinar a cidade de Porto Alegre, fazer com que partamos daquelas coisas importantes – o Ver. João Bosco Vaz me cobrava há pouco – e positivas que têm a cidade de Porto Alegre? Nós as temos aqui, são várias, mas não estão sendo devidamente exploradas, porque eu diria que, inclusive, a modernidade é coisa do passado em Porto Alegre. Escrevi sobre isso, fiz reflexões sobre essa questão, e não é fortuito que aqui, todas as terças-feiras, a gente discuta o Código de Posturas de Porto Alegre, porque eu acho que é exatamente no Código de Posturas da Cidade que a gente vê o quanto temos que avançar e crescer.

Nós temos essa área magnífica da orla do rio, ou do lago, o Guaíba, e nós, há anos, estamos de costas para ele. Não bastasse essa postura, essa cultura retrógrada que nós, o povo de Porto Alegre tem em relação às águas do Guaíba, o DMAE, agora, faz o Projeto Socioambiental, não faz o controle que tem que fazer, e a Marinha brasileira é conivente com isso; criaram os bancos de areia. Conivência da Marinha, porque o chefe maior da Marinha brasileira, localizado aqui em Porto Alegre, Ver. Valter, veio aqui e disse que está uma maravilha. Erram e não falam a verdade! Nem o DMAE nem a Marinha brasileira, ou seja, o responsável do Governo Federal e o responsável do Governo Municipal, erram os dois!

Aqui não tem compadre, aqui não se faz pactuação.

Tem banco de areia no Guaíba, tem! É perigoso, e a sinalização é de taquaras. Isso não é sinalização!

Agora, como nós podemos fazer a sinergia, a relação do que temos aqui: o Centro de Eventos a Casa do Gaúcho, a Churrascaria Galpão Crioulo, o Parque da Harmonia, junto com o Gasômetro, a rótula das Cuias, que o Bernardino não gosta muito, e o que chamamos de Setor 5? Tem uma proposta boa da Secretaria do Planejamento, de um amigo do Ver. Airto Ferronato, que é funcionário da SPM e que tem um projeto interessante, que talvez não sirva, pois o Lerner está apresentando um projeto. Não sou contra o Lerner, só estou alertando que há um projeto positivo na SPM sobre essa área. Então, eu não sei o que está acontecendo em Porto Alegre, só sei que não querem fazer projetos inovadores; de vez em quando, apresentam projetos supostamente modernos, como esse do Lerner.

O Sr. Bernardino Vendruscolo: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Obrigado pelo apoio, mas eu só queria dizer que não é que eu não goste daquele monumento, é que eu acho que aquilo lá não representa a cuia, mas outra coisa.

O SR. ADELI SELL: Bem, isso é uma polêmica.

Se algum Vereador me cedesse o seu tempo, eu continuaria com o debate.

O SR. PRESIDENTE (Airto Ferronato): A partir deste momento, o Ver. Adeli Sell prossegue a discussão do PLL nº 028/10, com Veto Total, por cedência de tempo do Ver. João Carlos Nedel.

O SR. ADELI SELL: Eu já disse: ali naquela área tem responsabilidade da Marinha Brasileira, que pertence, tanto quanto eu sei, ao Governo Federal, e eu não compactuo quando eles estão errados – e estão errados!

Eu acho que o Ver. Dib deve estar indignado com algumas coisas, porque parece que as coisas não funcionam em Porto Alegre. Mas não fique brabo comigo, porque eu estou fazendo algumas reflexões, e as minhas reflexões vão levar o Ver. Valter Nagelstein a vir aqui fazer este debate com a gente. Este debate é fundamental.

Parece-me que temos carências enormes de projetos modernos, inclusive na questão urbanística. Aqui em Porto Alegre, é interessante, Ver. Valter, você levanta um problema e já vem uma artilharia. Foi eu levantar que o 4º Distrito, Ver. Vendruscolo, precisa de um projeto moderno... Quem sabe aquele que a Arquitetura da UFRGS já fez há tempos possa servir de modelo para discutir. O projeto que eu conheço, da SMAM, é um projeto interessante, Vereador, só não entendo porque a Prefeitura não vem ao seu encontro para debater o projeto existente dizendo que seria desnecessário, portanto, um concurso. Mas não é essa a argumentação: a argumentação é meramente de ordem técnica, de ordem legislativa, e essa a gente sabe que se supera pelo debate, pela negociação, porque, se o projeto tem validade, tem mérito, se o Marinha do Brasil precisa de um projeto, se nós quisermos um parque temático, o que a gente quer com isso? Eu acho que precisaríamos ir na linha de um pequeno, modesto e simples parque temático. Levantei isso, Ver. Vendruscolo, em 1997, dizendo que um parque temático, nos valores da época, custaria em torno de R\$ 1 milhão. Inclusive, teve um jornalista que me disse que ia me dar um louvor de economista se eu conseguisse fazer com aqueles valores. Na verdade, o que eu penso, é que não precisa ser algo babilônico, mas que seja importante, ou seja, o que não dá para aceitar é que o Parque Maurício Sirotsky Sobrinho, o Parque da Harmonia, fique na situação em que está.

Eu vou votar com o Ver. Bernardino Vendruscolo, pela derrubada do Veto, pela modernização de Porto Alegre, pelo embelezamento da orla e pelo progresso. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Aírto Ferronato): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para discutir o PLL nº 028/10, com Veto Total.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Eu ouvi o Ver. Adeli Sell falar, e fiquei preocupado. Com todo o meu respeito à Marinha Brasileira, Ver. Márcio Bins Ely, ao Exército, esse negócio de mexer com as nossas Forças Armadas não dá muito certo. Então, vamos deixar a nossa Marinha e o Exército lá; os bancos de areia não são culpa deles, são os movimentos naturais dos leitos dos rios. Temos que fazer, até, uma homenagem à nossa Marinha aqui.

Mas eu não vou nem discutir o mérito do Projeto, porque me parece que a palavra e o Parecer do Procurador desta Casa, o Dr. Fábio Nyland, é terminativo a respeito desta questão. O Dr. Fábio Nyland aponta que há uma impropriedade técnica, legal, há uma invasão na esfera de competência do Executivo, não há sequer previsão orçamentária para isso, a criação de despesa para o Executivo; portanto obviamente nós não podemos. Mas o Ver. Bernardino disse que eu não tinha razão. Então, eu não volto para discutir o Projeto; volto para discutir a razão que ele diz que eu não tinha, e eu preciso reafirmar aqui, até para que não transite em julgado que este Vereador não conhece ou não sabe do que está falando, Ver. Paulinho Rubem Berta.

Quero dizer, até em homenagem à nossa sala da CCJ, Dr. Ruy Cirne Lima, douto professor de Direito Administrativo; Hely Lopes Meirelles, professor de Direito Administrativo, que nós precisamos olhar o direito administrativo para depois desdizer ou contestar um colega Vereador. A Parceria Público-Privada é uma figura jurídica, volto a dizer; não é simplesmente porque o público e privado resolveram ficar juntos para fazer um parque. Não é só isso. Ele tem pré-requisitos, ele tem questões que precisam ser obedecidas, e a Parceria Público-Privada é uma figura técnica: faz-se estrada pedagiada em Parceria Público-Privada, faz-se hidrelétrica em Parceria Público-Privada, existe uma

ferramenta básica, que se chama Termo de Referência; logo em seguida existe a manifestação pública de interesse, existem etapas a serem cumpridas para que se faça uma Parceria Público-Privada. Não é simplesmente que o privado queira se unir com o público. Portanto, existem a concessão, permissão, autorização e uma nova figura no Direito Administrativo brasileiro que se chama Parceria Público-Privada. Ilustre Vereador, com todo o respeito, tem um projeto que merece a nossa consideração, o nosso apreço, como estamos fazendo, mas vou lhe dizer, não é Parceria Público-Privada, porque Parceria Público-Privada é uma figura específica, típica, e aqui não há essa tipicidade que V. Exa. quer dar a essa figura que criou no seu Projeto.

Portanto, é só isso; a minha divergência está nesse aspecto, quando V. Exa. diz que eu não sei, eu quero lhe dizer que sei, estou afirmando com muita convicção e não quero afirmar que V. Exa. não sabe. Só quero afirmar que eu sei o que estou dizendo. Muito obrigado.

O Sr. Bernardino Vendruscolo: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Eu só gostaria de dizer que o senhor falou, falou, mas não disse nada.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Talvez o senhor tenha déficit de compreensão, então. E aí eu não posso ajudá-lo, de fato, porque isso... Talvez até na própria política nós devêssemos estabelecer um exame prévio para que se...

(Aparte antirregimental do Ver. Idenir Cecchim.)

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Faltou à aula de Hermenêutica, faltou à aula de Exegese, faltou a uma série de outras aulas, mas não posso ajudá-lo; não estou querendo desmerecê-lo, só estou querendo lhe afirmar, com muita humildade, mas com muita convicção, que sei do que estou falando. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Airtó Ferronato): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para discutir o PLL nº 028/10, com Veto Total.

O SR. MÁRCIO BINS ELY: Quero cumprimentar o Ver. Airto Ferronato, que preside os trabalhos. Também quero tecer alguns comentários, já que estamos falando de um parque muito próximo à orla. O nosso Governo teve a coragem de contratar um escritório da qualidade do escritório do Jaime Lerner para fazer um projeto arrojado de reencontro das margens com a Cidade, projeto que tem a previsão da duplicação de uma importante avenida que vai servir como ligação do Centro à Zona Sul e que diz respeito também à integração e à qualificação do espaço do Parque Marinha do Brasil com a orla e com os seus campos que ficam do outro lado da rua.

Quero acompanhar o Ver. Valter, que me antecedeu: acho muito importante que possamos, pelo debate, estabelecer o antagonismo de posições e de entendimentos. Quero dizer que acho o “monumento das cuias” um monumento muito bonito e muito bem colocado! Há opiniões diferentes, divergentes, mas estive observando aquele monumento e acho que ele é uma homenagem, sim, ao gaúcho, ao chimarrão, e quero dizer que discordo dos Vereadores que acham que aquele monumento não é adequado à Cidade; ao contrário, acho aquele um monumento muito interessante, muito bonito, que faz alusão ao folclore gaúcho. Diferente da sua opinião, Ver. Bernardino, que respeito, mas, como a gente aqui tem o dever de externar as nossas opiniões e as suas posições, eu quero dizer que, com relação ao seu projeto, Vereador, com o objetivo de buscar ali algum regramento, seja através de um concurso ou de uma Parceria Público-Privada que deva se estabelecer, realmente, acarreta, uma atribuição ao Executivo, que felizmente, como foi apontado, traz e aponta vício de origem insanável; por isso a razão do Veto. Agora, sem dúvida nenhuma, isso deixa de engrandecer o evento que ocorre no mês de setembro na nossa Cidade, que por muitos anos vem se repetindo, que é o belo evento do Acampamento Farroupilha; aliás, algumas pessoas criticam o Acampamento, mas eu quero elogiar todos aqueles CTGs que têm participado, a Secretaria da Cultura, os patrocinadores, que têm feito ali uma grande festa dos gaúchos, dos porto-alegrenses, oportunizando o encontro da nossa tradição gaúcha, através dos CTGs, dos DTGs. Casualmente, eu participo, junto com o Ver. Bernardino, do mesmo DTG, o Mala de Garupa, em que nós

temos nos encontrado. A cada encontro, a cada setembro e a cada ano que passa, algumas são as reclamações, mas muitos são os elogios. Aliás, eu quero dizer que pessoas do mundo todo, de todo o Brasil vêm a Porto Alegre para visitar o Acampamento Farroupilha, e, a cada realização desse evento, a Cidade tem aprimorado, sim, ali, um pouco da sua infraestrutura.

É nesse sentido que nós queremos aqui nos somar a esse norte, a essa observação que faz o Vereador com a sua proposta, e quero também lhe conceder um aparte para que possa tecer as suas considerações.

O Sr. Bernardino Vendruscolo: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Eu não sei se o senhor ficou meio perdido pela adoração àquele monumento que homenageia as nossas cuias, porque o senhor votou favoravelmente, aqui na CCJ, pela derrubada do Veto. Agora o senhor está se contradizendo?

O SR. MÁRCIO BINS ELY: Não, Vereador. Eu quero dizer o seguinte: no mérito, o seu Projeto tem elementos, ele agrega um valor que diz respeito a qualificar e a trazer, talvez, investimentos de que nós tenhamos carência, mas ele tem vício de origem e nós não poderemos acompanhá-lo, Vereador – só para nos manifestar nesse sentido. Nosso tempo está exíguo aqui, está se acabando, mas eu quero deixar aqui essa nossa observação. Muito obrigado. (Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Aírto Ferronato): O Ver. João Antonio Dib está com a palavra para discutir o PLL nº 028/10, com Veto Total.

O SR. JOÃO ANTONIO DIB: Sr. Presidente, Ver. Aírto João Ferronato; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras; meus senhores e minhas senhoras, como Líder do Governo, eu devo defender a aceitação do Veto. Mas, como sou um homem extremamente simples e acho que solução está na simplicidade, eu vou me referir ao Parecer que exarei na Comissão de Finanças e que foi aprovado. Dizia assim (Lê.): “No Município de Porto Alegre, a Lei nº 9.875, de 8 de dezembro de 2005, dispõe sobre o Programa Municipal das Parcerias Público-

Privadas, além de criar o Comitê Gestor das PPPs, este regulamentado pelo Decreto nº 15.370, de 17 de novembro de 2006. Na Lei estão estabelecidos, dentre outros dispositivos, os princípios, finalidades, critérios, obrigações, remuneração e os limites de contratação de PPPS, determinando também a instituição de um Plano Municipal com caráter anual. Assim, muito embora o inegável mérito, o exame da matéria frente às competências regimentais desta Comissão, estabelecidas no art. 37 do Regimento, indica que decorrerão custos sem que haja a devida indicação dos recursos, determinando por isso que nos manifestemos pela rejeição do Projeto”. E a Procuradoria da Casa diz, corretamente, que o Projeto interfere, colide com o art. 94 da Lei Orgânica. O art. 94 determina as atribuições exclusivas do Sr. Prefeito. Por outro lado, também cria problemas na Lei de Responsabilidade Fiscal, porque, para cada despesa que eu criar, eu preciso dizer de onde sairão os recursos. E mais ainda: a Lei nº 9.875, que foi citada no meu Parecer, diz no art. 2º: “As ações do Poder Executivo relativas ao Programa serão estabelecidas no Plano Municipal de Parcerias Público-Privadas, a ser elaborado nos termos do Capítulo III desta Lei”.

Portanto, deixando de lado a liderança do Governo e falando só como Ver. João Dib, vou pela aceitação do Veto.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Airo Ferronato): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLL nº 028/10, com Veto Total.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Obrigada, Presidente, Ver. Airo Ferronato; senhores e senhoras, Vereadores e Vereadoras, eu fico me perguntando, Ver. Bernardino, se esse Projeto seu não foi vetado em função da sua mudança de posicionamento para essas eleições. Por que eu vim aqui fazer essa provocação? Eu vim porque nós, infelizmente, estamos enxergando; o Ver. Airo Ferronato fez aqui grande discurso, falando: “Se eu fosse da base do Governo, mas, como eu sou oposição...”. E aí não há nenhum problema, como diz aqui, em corrigir o grande vício de origem, porque podemos citar vários projetos. Eu poderia lembrar o Projeto dos postos de saúde abrindo à noite, do

Ver. Dr. Thiago. Alguém pode imaginar? Um Projeto com um custo para o Executivo, com problemas sérios de vício de origem, e foi aprovado, foi acolhido! Então, Ver. Bernardino, será que a sua culpa foi se alinhar à candidatura da Deputada Manuela?

O Sr. Bernardino Vendruscolo: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Olha, eu quero, primeiro, sair em defesa dos meus ex-colegas de Partido, o PMDB, porque deles eu acredito que não tenha havido influência nenhuma.

Agora, eu quero aproveitar este espaço para pedir novamente ao Ver. João Antonio Dib que encaminhe a nós, os Vereadores... porque há uma Lei de seu ex-colega Oliboni que diz que deve haver prestação de contas à Câmara de Vereadores sobre a Semana Farroupilha até 30 dias após sua realização, e já é a terceira vez que eu peço ao Ver. João Antonio Dib sobre os festejos do ano passado. Eu não gostaria de fazer por escrito. Por que eu peço ao Ver. João Antonio Dib? Porque ele é o representante do Governo aqui. Não é ele que tem que fazer, mas é através dele, como representante.

Agora, essas coisas têm incomodado um pouquinho; a denúncia que fiz lá no Ministério Público, isso está incomodando. Mas eu não acredito, quero não acreditar.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Ver. Bernardino, o que eu tenho visto aqui é que o Governo, agora há pouco, Ver. Valter, vetou o fundo de fomento ao Viaduto Otávio Rocha; uma construção coletiva, Ver. Aírto Ferronato. A justificativa do Veto está em meia página: vício de origem. Acho que esta Câmara tem que fazer uma profunda reflexão sobre o quanto está sendo cerceada no seu papel de produtora, promotora, indutora de políticas públicas na cidade de Porto Alegre. Porque há uma insatisfação que volta para este Parlamento, quando o Parlamento não consegue apresentar soluções. E nós estivemos no Viaduto Otávio Rocha, que continua com sérios problemas, durante a discussão do Plano Diretor, Ver. Aírto Ferronato. E de lá nós saímos com essa ideia, que é interessante, importante, de os recursos arrecadados no aluguel das lojinhas virarem fundo e esse fundo poder receber outros recursos, para ter uma gestão

feita pelos próprios permissionários, com participação do Governo, com participação da vizinhança, e foi vetado. E eu não tiraria a razão dos permissionários e dos moradores do entorno ao dizerem: “Não adianta nada a Câmara de Vereadores; a Câmara de Vereadores vem aqui e faz demagogia”. Porque a Câmara de Vereadores não consegue encaminhar, muitas vezes, através de um projeto, mesmo sendo coletivo, coberto de legitimidade, nascido do debate com a sociedade, porque o Governo passa uma regra e diz “vício de origem”.

Eu nem vou entrar no debate do conteúdo do Ver. Bernardino, mas eu imagino que por ali também foi vetado este Projeto – e o Ver. Dib eu sei que é um legalista –, mas outros foram acolhidos. Outros foram acolhidos com problema de vício de origem! Então, eu gostaria de exigir do Governo uma postura republicana, uma postura mais respeitosa com o Parlamento, mais acolhedora, mais permeável, construtora de encontros, de soluções no Parlamento, e não apenas o uso do poder da caneta, de veto: “Não foi de origem do Executivo, não me serve, principalmente quando as iniciativas são da oposição”.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Airto Ferronato): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para discutir o PLL nº 028/10, com Veto Total, por cedência de tempo do Ver. Idenir Cecchim.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Sr. Presidente, Ver. Ferronato; quando há 200 anos, um cidadão chamado Montesquieu estabeleceu o princípio da autonomia e independência dos Poderes, de que eu acho que a Ver.^a Sofia ouviu falar – Professora, espero que conheça –, ele estabeleceu esse sistema de pesos e contrapesos, e verdadeiramente essa autonomia entre os Poderes. Não há essa elasticidade, Ver. João Antonio Dib, senão não haveria razão para haver a independência e autonomia entre os Poderes, ou eles são autônomos e independentes – e nessa independência implica, às vezes, ele poder reconhecer mérito em um projeto e até transigir, mas há vezes em que essa transigência é intransponível. Quando se estabelece – sem nenhuma espécie de diálogo, simplesmente para fazer como V. Exa. disse aqui: demagogia –

obrigação ao Poder Público, que não tem nem previsão orçamentária nem legal, ele não pode aceitar, é óbvio!

A Ver.^a Sofia fala do Viaduto Otávio Rocha que eu, o Ver. Ferronato e ela assinamos um Projeto de Lei. Eu e a Ver.^a Sofia fomos Secretários, mas eu hoje posso aproveitar aquela experiência, como Secretário, para compreender certas coisas que talvez ontem eu não compreendia; e ela, infelizmente, parece que foi Secretária e não conseguiu compreender! Fala do Viaduto Otávio Rocha. Como o Viaduto Otávio Rocha se mantém hoje, Ver. Idenir Cecchim, que tem essa experiência? Com os aluguéis daquelas pequenas lojinhas, que não dão retorno comercial, infelizmente! Por quê? Porque há insegurança, que é culpa do Governo do PT, não tem Brigada na rua! Há uma série de problemas. Não possui trânsito de pessoas.

O Sr. Idenir Cecchim: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Valter, V. Exa. está tocando num assunto pertinente, focado; eu não preciso ajudá-lo, porque o senhor sabe, mas ocorre que só um devedor, um tal de seu Flores, deve uma fortuna! É o único que fala, mas fala para não pagar. Eu gostaria que ele viesse aqui e falasse sobre um jeito de pagar, mas não, ele fala para não pagar. Não ajuda em nada.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: A Ver.^a Sofia falou em privatização, que nós queríamos fazer quando propusemos uma Parceria Público-Privada, aí, sim, do Viaduto Otávio Rocha. Ora, se há um permissionário, que é a figura mais frágil dessa outorga do Poder Público, que está lá, há quatro, cinco anos, e não paga, ou seja, é um particular que está se apropriando do público, não há outra forma de privatização, que eu conheça, que não essa! Pois se ele está num espaço que é público e ele não paga, ele está privatizando um espaço público! Pois ele veio aqui – são pessoas esforçadas, com mérito, não há dúvida disso –, por intermédio da Ver.^a Sofia, propor o tombamento imaterial da pessoa! Isso é um negócio que não existe em lugar nenhum do mundo! Ele queria ser tombado, Ver. Paulinho, ficar naquela loja e recebê-la como um beneplácito! Devia R\$ 35 mil, quando eu saí da SMIC, Ver. Idenir Cecchim. Nós estamos mantendo ele lá talvez por uma complacência, por uma generosidade, porque

não vamos, simplesmente, enxotar as pessoas para a rua enquanto não tivermos uma solução para o Viaduto Otávio Rocha. Nós precisamos encontrar essa solução. E essa solução implica mudar o *mix* e a vocação do Viaduto Otávio Rocha. Nós temos que ter bistrôs, temos que ter uma nova iluminação temática. Precisamos mudar aquilo que está ali para atrair pessoas, senão não vai adiantar nada. Senão nós vamos anistiar a dívida de uns, que virá inclusive em detrimento de outros que estão pagando, com muito esforço. Se ele deve R\$ 30 mil, e eu anistiar a dívida dele, vem a outra senhora que faz guardanapo de crochê diz o seguinte: “Mas, Secretário, eu estou pagando aqui há 20 anos! Eu tiro o pão da boca das minhas crianças para pagar uma prestação de 400 ‘pilas’, e o senhor vai lá e anistia o outro que nunca pagou, que injustiça é essa comigo?” Então, não podíamos fazer isso, obviamente. O que nós temos que fazer? Encontrar uma solução que valha para todo mundo e resgatar o dinheiro público. Aí não é fazer demagogia, de pessoas que juntam torcida, aqui dentro da Câmara, para jogar as pessoas, especialmente em época de eleição, contra o Poder Público. Nós precisamos encontrar soluções para as questões, e não pegar bandeiras e sair sacudindo por aí, pelas ruas, dizendo: “Olha, eu tenho essa ideia, vou resolver isso, vou resolver aquilo”. E joga na responsabilidade, Ver. João Bosco Vaz, do Poder Público de resolver as coisas. É muito fácil assim! Fazer política desse jeito é fácilimo. Nós temos de fazer política com mais responsabilidade.

O Viaduto Otávio Rocha, como o Parque Temático, são questões muito caras para a Cidade. Não adianta nós subirmos aqui e fazermos panfletagem, nós temos que encontrar soluções, mas soluções viáveis; não esse tipo de solução e não esse tipo de demagogia que, infelizmente, é recorrente na tribuna desta Casa com alguns Parlamentares. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Aírto Ferronato): Não há mais quem queira discutir. (Pausa.) Em votação o PLL nº 028/10, com Veto Total. (Pausa.) A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 028/10, com Veto Total.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Ver. Aírto Ferronato, eu ia apenas fazer um aparte, mas vou falar alguns minutos, então, em encaminhamento. Primeiro, eu acho que não deve ter amparo na Constituição a exposição de pessoas físicas ou jurídicas das suas dívidas em microfone público e em televisão aberta. Eu não acho que isso seja comportamento que qualquer cidadão possa ter, porque é a Justiça que tem que liberar esse tipo de informação, que deve ser sigilosa. Eu gostaria que esta Casa preservasse a individualidade, os problemas e as circunstâncias dos cidadãos.

Em segundo lugar, não aceito a discordância de projetos, se viessem aqui e explicassem por que o parque temático não cabe, etc., é uma coisa, agora vir aqui e dizer que é demagogia do Vereador, não é argumento. Peço desculpas, Dr. Valter Nagelstein! Não é argumento dizer que os Vereadores, quando fazem proposição aqui, fazem demagogia, porque é chamá-los de irresponsáveis! Faça o contraponto aqui, faça o argumento da tribuna, para dizer por que não, por que sim. Isso eu acho respeitoso com o povo que nos elegeu, com esta tribuna e com a nossa responsabilidade. É muito ruim a população sair dizendo isso lá fora; um diz para o outro que é demagogia, porque um caracteriza, não argumenta e não contra-argumenta.

Quero, à guisa de encaminhamento, fazer esses reparos e dizer que votarei contra o Veto, pelo modo, pelo processo, não estou nem discutindo o conteúdo. (Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Aírto Ferronato): Em votação nominal o PLL nº 028/10, com Veto Total. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) 14 votos **SIM**; 2 votos **NÃO**. Não há quórum.

(17h52min) Encerrada a Ordem do Dia.

O Ver. João Antonio Dib está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. JOÃO ANTONIO DIB: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, eu acho que o procedimento acontecido neste plenário neste momento, depois que vários oradores usaram a tribuna e não votaram, foi um

desrespeito com a população porto-alegrense e com os Vereadores que, como eu, ficam aqui o tempo todo. Foram, várias vezes, à tribuna e não cumpriram com o seu dever de votar. Portanto, se não votaram na forma do Regimento Interno, estão ausentes da Sessão. Eu preciso que a Diretoria Legislativa anote: os que não votaram não estavam presentes; tem que ser cortado o ponto deles no dia de hoje, porque foi a única matéria que está na Ordem do Dia e que seria votada e não foi, porque não houve quórum. Portanto, de quem não votou eu exijo que seja cortado o ponto. Exatamente isso e não mais do que isso! Saúde e PAZ!

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Mauro Zacher reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Sr. Presidente, eu me somo ao Ver. João Dib e assino, desde já, o Requerimento de Sua Excelência.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Presidente, é impossível que, com todos esses anos, o Ver. João Antonio Dib ouça o que porventura vier nesse sentido e não tenha aprendido estratégia de plenário.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para uma Questão de Ordem.

O SR. VALTER NAGELSTEIN (Questão de Ordem): O Requerimento do ilustre Ver. João Dib é recebido e processado pela Mesa, ou é encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça para verificação da sua validade?

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Ver. Valter, a nossa assessoria informa que não há amparo regimental para esse Requerimento.

Passamos à

PAUTA

O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. MÁRCIO BINS ELY: Sr. Presidente, quero cumprimentar V. Exa. e, na sua pessoa, cumprimento os demais Vereadores e Vereadoras desta Casa, público que nos assiste nas galerias e pela TVCâmara, senhoras e senhores. Hoje, na Pauta, temos um assunto de extrema relevância e que tem uma conexão direta com as realizações e intervenções que beneficiarão toda a Cidade e os cidadãos, relativo às obras da Copa do Mundo. Falo aqui sobre o Processo nº 1.471 de 2012, Projeto de Lei Complementar do Executivo, que institui o Plano de Incentivo para as transferências de potencial construtivo dos imóveis atingidos pelas obras viárias necessárias à realização da Copa do Mundo de 2014, à implantação do Sistema BRT e à implantação do Metrô em Porto Alegre, cria o Fundo da Copa do Mundo de 2014 – Funcopa e estabelece condições para a alienação de estoques construtivos públicos.

Eu quero dizer que, a exemplo do que o Executivo encaminha aqui, através deste Projeto, Ver. Nagelstein, fez-se algo muito semelhante com as indenizações oriundas das desapropriações do gravame de duplicação da 3ª Perimetral.

O que estabelece o regramento, quando o proprietário de um imóvel tem, em seu imóvel ou naquela área escriturada em seu nome, ou quando o proprietário de um terreno que tem um gravame que incide sobre a sua propriedade, prevendo um alargamento viário ou um traçado viário? Existe uma faculdade que lhe permite ser indenizado pela capacidade que aquela fração ou aquele pedaço do imóvel, naquela proporção da sua metragem quadrada, ele teria a possibilidade de, ali, onde ele está sendo desapropriado, edificar. Por isso, usa-se o termo Solo Criado. Vou dar o exemplo de um clube, ali na 3ª Perimetral, como o British Club, que teve uma área atingida, teve que recuar seu muro, e, numa área da sua propriedade, hoje passa uma rua. A Prefeitura foi ali e teve que desapropriar. O que diz o instituto da desapropriação? Que a desapropriação tem que ser indenizada antes da sua execução formal, que ela tem que ser paga. Então, essa é uma ferramenta que desonera o Município de ter que tirar, digamos assim, numa linguagem mais coloquial, o dinheiro do

bolso para pagar o proprietário do imóvel que teve a área atingida, para fazer a duplicação ou ampliação de uma avenida, ou de uma rua importante, como é o caso da Av. Tronco, que está aqui em discussão agora, como é o caso das ampliações para os corredores e as duplicações das avenidas, por onde vão passar o BRTs ou o próprio metrô. Então, nós vamos ter uma nova configuração de espaço urbano.

É nesse sentido, então, que eu quero tecer os meus comentários e dizer que, a exemplo da 3ª Perimetral, o Poder Público economizou R\$ 25 milhões, que teriam que ser pagos por indenização, porque o traçado viário incidia sobre área de domínio privado. O Município não teria recursos para fazer esse tipo de investimento. Não seria possível fazer a duplicação de uma grande avenida, tão importante quanto a 3ª Perimetral e, agora, tão importante como a Av. Tronco, se não fossem essas ferramentas e esses mecanismos, que vêm sendo aperfeiçoados, é verdade, no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental da Cidade, que têm proporcionado grandes realizações para o interesse coletivo da Cidade. É o que está sendo proposto aqui. Eu quero dizer que nós vamos nos ater provavelmente a algumas emendas neste Projeto, no que diz respeito a ampliá-lo na sua aplicação na Cidade, porque ele traz, sim, um benefício imediato aos proprietários, que vão acabar recebendo um valor de mercado. Muitas vezes, talvez o Poder Público tivesse que ir à Justiça para fazer uma desapropriação, por uma desavença de valores, mas, com isso, passa a estar sanado. Então, meus cumprimentos ao Executivo por esta iniciativa. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir a Pauta.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, público que nos assiste, nós, há pouco, retiramos o quórum, o que é um dispositivo regimental, possível, que permite às minorias tencionar o debate, firmar um posicionamento. É do Parlamento, é da democracia, e acho

importante que aconteça, às vezes, se dar um tempo em alguns projetos, pois amadurecemos posicionamentos.

Em Pauta, há vários projetos, e eu quero dizer que estou apoiando, aqui, o Projeto que isenta de ISSQN os profissionais escritores, com residência comprovada no Município de Porto Alegre, durante sua participação em atividades de incentivo à leitura. É um Projeto de autoria da Ver.^a Fernanda e do Ver. Pedro Ruas. A Fernanda preside a Frente Parlamentar de Incentivo à Leitura e ao Livro, e há uma mobilização dos próprios escritores em torno desse tema, pois sabemos que eles lutam bravamente para poderem viver das suas obras, aprofundar seus trabalhos, e são, infelizmente, os que menos ganham na Feira do Livro, por exemplo. Na verdade, as grandes editoras são as que ganham na nossa maravilhosa Feira do Livro em Porto Alegre.

Que fique o desafio para Governos e Parlamentos, para que a Feira beneficie o escritor e o livreiro, que não têm as portas abertas o ano inteiro.

Hoje, na verdade, ela beneficia mais os editores, que, para comercializar seus livros o ano inteiro, repassam às livrarias, dão um determinado desconto, dão outro desconto para as distribuidoras. Na verdade, quando eles oferecem diretamente na Feira do Livro, os editores estão ganhando, e as livrarias, que têm o aluguel de espaço, que lutam bravamente para manter um preço acessível... Porque o livro ainda é muito caro no Brasil; muito caro, e é muito difícil manter a atualização de bibliotecas, e, muito menos, os escritores, que não ganham mais, mas têm algum espaço, pelo menos, para o debate da sua obra.

Então, a Feira do Livro, ela precisaria alterar um pouco o modelo para, de fato, estimular a produção e estimular o fomento, a venda, a divulgação do livro e da leitura o ano inteiro. Então, essa é uma iniciativa, parece-me, bastante meritória, que dá um colo, que dá uma atenção especial aos escritores.

Quero também comentar um Projeto que institui o Plano de Incentivo para as transferências de potencial construtivo de imóveis atingidos pelas obras viárias necessárias à realização da Copa do Mundo de 2014, à implantação do Sistema *Bus Rapid Transit* (BRT) e à implantação do Metrô em Porto Alegre, cria o Fundo da Copa do Mundo de 2014 e estabelece condições para a alienação de estoques construtivos públicos.

Eu não me dediquei muito ao assunto, pois está entrando em tramitação, mas acho que há muito interesse na Cidade ter um tema como este. É um tema polêmico, vamos dizer, de muita pólvora, porque implica em muitos recursos e estimula a construção, então, também, deve ser, talvez, para facilitar a desapropriação em situações em que tem que ter desapropriação. Eu acho que o Governo se mexe, propõe, é meritório em função disso, mas esta Casa precisa tecer um bom debate sobre o tema. Nós temos que cuidar quando criamos uma política horizontal, que corta...

(Aparte antirregimental do Ver. Carlos Todeschini.)

A SRA. SOFIA CAVEDON: ...Exatamente, Ver. Carlos Todeschini – eu já ia sugerir isso –, que faz um corte por determinados temas ou territórios no Plano Diretor, porque, às vezes, a Câmara não consegue avaliar a dimensão do impacto disso, muito menos a sociedade. Então, o Ver. Carlos Todeschini me assopra aqui: eu gostaria de dizer que este é um tema, Presidente, que, claramente, enseja uma Audiência Pública. É um Projeto de Lei do Executivo, e espero que esta Câmara se adiante e proporcione, logo, para a sociedade conhecê-lo e opinar sobre ele.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Elias Vidal está com a palavra para discutir a Pauta. (Pausa.) Ausente.

O Ver. Carlos Todeschini está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. CARLOS TODESCHINI: Meu caro Presidente, Ver. Mauro; Srs. Vereadores, demais presentes e os que nos assistem, eu venho discutir, também este Projeto, porque ele é grandioso, ele trata do projeto dos Portais, trata do projeto do Metrô, trata do projeto das obras da Copa e faz uma demarcação, Ver.^a Sofia, muito significativa no espaço, e portanto, é uma obra e projeto de grandioso impacto, e por isso requer a discussão da matéria em Audiência Pública. É por isso que é importante que, antes de ser votado, este

Projeto seja discutido nas Comissões pertinentes, na CUTHAB em especial, e na Comissão de Meio Ambiente, porque isso vai impactar muito o transporte, a construção e a vida na Cidade. É um Projeto que vai mobilizar muitos recursos e que vai, talvez, ser o fundo garantidor da Parceria Público-Privada das obras do metrô, e, portanto, a Audiência Pública é uma imposição da necessidade da participação.

Quando falei aqui, na minha primeira manifestação, depois fui atacado de forma virulenta pelo Ver. Valter Nagelstein, que, inclusive, penso que conhece pouco a Administração e os assuntos do Governo. Não é por acaso que, pelo menos na última semana, três comunidades muito grandes recorreram a esta Casa, ao nosso mandato ou à Comissão, questionando a necessidade, a validade e a atualidade de algumas obras. E não é porque tem dinheiro que o dinheiro tem que ser gasto de qualquer jeito, e, em especial, à toa. E, se alguma coisa está andando nesta Cidade, é o Pisa, porque é uma obra que deixamos licenciada e com os recursos contratados, muito diferente do que o Vereador falou; inclusive, não penso que ele seja mal informado, ele quer semear versões que não são verdadeiras; é diferente! Por isso, tem um clamor muito grande pela participação. Não adianta patrocinar uma participação apenas formal e muito viciada como está atualmente o Orçamento Participativo: é preciso uma discussão real, em que o sentimento, as vontades e a vida das pessoas sejam levadas em conta na execução das obras e nas alterações que a Cidade deve sofrer, e, por isso, este Projeto é importante, sim, pois vai mobilizar recursos, vai alterar a vida das pessoas, vai proporcionar ao Poder Público ingressos fantásticos, mas precisa, antes de tudo, de uma consertação política com as comunidades que serão atingidas.

Eu sei que havia um projeto original, do Ver. Reginaldo Pujol, de gravar uma faixa de 150 metros de cada lado da linha do metrô; eu sei que há uma Emenda, do Ver. Engenheiro Comassetto, que amplia para 500 metros, e isso tudo precisa ser muito discutido, muito acordado. Assim como a comunidade Três Figueiras, que nos chamou lá na sexta-feira, através das suas associações, está indignada com o andamento das obras, porque eles não são informados, não são ouvidos e não têm resposta sobre nenhum questionamento que é feito. Da mesma forma as comunidades da Anita

Garibaldi e da Cristóvão Colombo, que vão pedir uma audiência pública a esta Casa para que possam conhecer o projeto, conhecer a totalidade da obra e sugerir ações e medidas que possam melhorar a vida, e não fazer obras que, além de gastar dinheiro, prejudiquem a vida. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Dr. Thiago Duarte está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. DR. THIAGO DUARTE: Ilustre Presidente, ilustres colegas Vereadores, eu venho aqui, mais uma vez, elogiar o Projeto do Executivo que altera um pouco a Gratificação de Incentivo Médico. Na verdade, essa Gratificação constitui o plano de carreira dos médicos do Município de Porto Alegre e faz com que, efetivamente, se possa ter mais profissionais médicos interessados em trabalhar no Município. Sem dúvida nenhuma, ela é um avanço para a Cidade e pode dar esse alento à grande maioria da população no sentido de se ter o atendimento básico provido.

Este projeto é o PLCE nº 006/12, que tem algumas substituições naquele Projeto original do Plano de Carreira de Cargos e Vencimentos, discutido amplamente com a categoria, e, a partir dali, corrigindo algumas lacunas daquela legislação. Quero ressaltar a atenção que o Prefeito Municipal tem tido com os médicos.

Tivemos a nomeação, na outra semana, de mais de 20 médicos, solucionando aquele problema que tínhamos ressaltado aqui do Hospital Presidente Vargas. Volto aqui também para me reportar àquele Projeto, também em Pauta, que discuti aqui anteriormente, para fazer algumas observações sobre ele, o Projeto no qual solicitamos uma reavaliação do Plenário. O que eu queria dizer, que acabei mencionando no microfone de apartes? Esse Projeto teve um primeiro olhar, uma primeira avaliação da CCJ, uma avaliação realizada em setembro de 2010, quando houve um empate nos votos. Ou seja, na verdade, o Projeto deste Vereador teve três votos favoráveis pela CCJ; depois, numa segunda avaliação, ele só teve quatro votos favoráveis, já no ano de 2011. Eu observo aqui – foi uma coisa que me chamou bastante a atenção, e sobre o

que pesquisei nas notas taquigráficas – uma situação que acho de muita correção, e acho que deveríamos nós, os Vereadores, refletir bastante sobre essa questão, de 9 de março de 2010, em que a própria CCJ diz: “Registre-se que foi acordado pelo Presidente e pelos componentes da CCJ que, a partir desta data, os projetos cujos pareceres concluírem pela existência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria deverão conter a assinatura da unanimidade dos membros da Comissão de Constituição e Justiça, mesmo que, para tanto, as assinaturas necessitem ser colhidas em Plenário”.

O que quer dizer isso? Quer dizer que, para o projeto ser arquivado de pronto, na CCJ – e isso foi uma decisão da própria Comissão, dos seus membros –, ele deveria ter a unanimidade dos votantes da Comissão. Então, não poderia ocorrer, como aconteceu com o nosso Projeto – e essa é a observação que fizemos, e por isso trouxemos esse Projeto a Plenário –, dos sete Vereadores, termos só quatro votantes. Então, é essa consideração que eu quero fazer para que efetivamente, seja salvaguardada a prerrogativa do Vereador em poder propor projetos de lei, e que, pelo menos, haja uma discussão sobre esses projetos; que o conjunto desses Vereadores tomem conhecimento sobre o projeto, e não que, a partir de uma decisão monocrática, ou de uma decisão que não é unânime, se archive, de pronto, os projetos na Comissão. É só isso. Então, eu discordo frontalmente do Ver. Luiz Braz, e democraticamente, como eu falei aqui, porque eu acredito que, se nós tivermos um voto favorável na CCJ, o projeto deve tramitar.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Apregoo os seguintes Projetos de autoria da Mesa Diretora: PLL nº 122/12, PLL nº 111/12, PLL nº 117/12 e PLL nº 054/12.

Visivelmente, não há quorum. Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 18h17min.)